

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL
MESTRADO E DOUTORADO**

EMERSON FERREIRA DA SILVA

**POLÍTICAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA ANÁLISE DO
PROJETO CAMPO FORTE E EMPREENDEDOR NO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-
PR**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PARANÁ

2023

EMERSON FERREIRA DA SILVA

**POLÍTICAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA ANÁLISE DO
PROJETO CAMPO FORTE E EMPREENDEDOR NO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-
PR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável do Centro de Ciências Agrárias da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito para qualificação no Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável. Linha de pesquisa: I – Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural.

Orientador: Prof. Dr. Alvorí Ahlert

Co-Orientador: Prof. Dr. Wilson João Zonin.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON – PARANÁ

2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas daUnioeste.

Silva, Emerson Ferreira da
Políticas locais de desenvolvimento rural: uma análise do projeto campo forte e empreendedor no município de Goioerê-PR
/ Emerson Ferreira da Silva; orientador Alvori Ahlert; coorientador Wilson João Zonin. -- Marechal Cândido Rondon, 2023.
103 p.

Tese (Doutorado Campus de Marechal Cândido Rondon)
-- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, 2023.

1. Sociologia rural. 2. Agricultura familiar. I. Ahlert, Alvori.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon

Centro de Ciências Agrárias – CCA

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado e Doutorado

EMERSON FERREIRA DA SILVA

“POLÍTICAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA ANÁLISE DO PROJETO CAFE DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável - Mestrado e Doutorado, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme Ordem de Serviço nº 01/2023 – GRE, artigo 1º, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de **DOCTOR** em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, **APROVADO** pela seguinte banca examinadora:

Alvori Ahlert - Orientador

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Nardel Luiz Soares da Silva - Membro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Marli Renate von Borstel Roesler - Membro

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Jean Carlos Berwaldt - Membro

Faculdade Assis Gurgacz (FAG)

Tiago Fernando Hansel - Membro

Faculdade de Ensino Superior de Marechal Cândido Rondon (ISEPE)

Marechal Cândido Rondon, PR, 31 de maio de 2023.

Prof. Dr. Armin Feiden
Coordenador do PPGDRS
Portaria nº 0988/2023 – GRE

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese à minha amada irmã, Elenir, cujo amor incondicional e apoio constante me inspiraram a alcançar os meus sonhos e nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

Essa tese representa a conclusão de uma etapa muito importante em minha caminhada acadêmica, que iniciou em 2016, quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável para fazer o mestrado. Hoje, finalizando essa etapa, momento em que relembro minha trajetória no DRS, vejo que este percurso só foi possível devido a todos que estiveram ao meu lado, por isso gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram para a realização desta tese.

Em primeiro lugar, quero agradecer a minha família pelo apoio em cada etapa deste caminho desafiador, bem como pela compreensão nos diversos momentos que estive ausente, sobretudo nas diversas viagens para assistir as aulas.

Agradeço também aos meus colegas, que foram parte essencial dessa jornada, compartilhando inúmeras experiências, desafios e momentos de celebração juntos.

Gostaria também de expressar minha gratidão aos professores do programa, cujos conhecimentos, dedicação e orientação foram inestimáveis para o meu crescimento acadêmico. Sinto-me privilegiado por ter tido contato com esse corpo docente impar que compõe o DRS.

Agradeço à secretaria do programa, Lizete Maria Eckstein Fredo, por todo profissionalismo e carinho com o qual trata todos os acadêmicos do DRS, um verdadeiro exemplo de servidora pública.

Gostaria ainda de manifestar meu profundo apreço aos membros da banca examinadora pela confiança depositada. Agradeço por dedicarem seu tempo, experiência e expertise para avaliar minha tese. Seus comentários, sugestões e críticas construtivas me desafiaram a aprimorar meu trabalho e ampliar meu conhecimento.

Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Wilson João Zonin, pela dedicação com a qual trabalhou para que o DRS chegasse ao nível que chegou, sem deixar ninguém pelo caminho. Muito obrigado por confiar em mim, no momento em que eu mesmo já havia sido convencido de que não era capaz!

Agradeço, também especialmente, ao Prof. Dr. Alвори Ahlert, meu orientador, por toda paciência e sabedoria com as quais fui reconduzido à trajetória da produção

acadêmica. Sem seus sábios conselhos, eu não chegaria até aqui.

Finalmente, sou grato por cada pessoa que compartilhou pelo menos em parte essa jornada comigo. Hoje, estou convencido de que saio do DRS como uma pessoa melhor do que quando entrei, e isso se deve a cada um de vocês que estiveram presentes nesta trajetória. A todos, o meu muito obrigado.

La cigarra

Tantas veces me mataron, tantas veces me morí

Sin embargo, estoy aquí, resucitando

Gracias doy a la desgracia y a la mano con puñal

Porque me mató tan mal, y seguí cantando

(...)

Cantando al sol como la cigarra

Después de un año, bajo la tierra

Igual que el sobreviviente

Que vuelve de la guerra

Maria Elena Walsh/ Mercedes Sosa

RESUMO

SILVA, Emerson Ferreira da. **Políticas locais de desenvolvimento rural: uma análise do projeto Campo Forte e Empreendedor no município de Goioerê-PR**, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Fevereiro – 2023. Orientador: Prof. Dr. Alвори Alhert. Co-Orientador: Prof. Dr. Wilson João Zonin.

A agricultura familiar tem um papel relevante na produção da maioria dos alimentos consumidos pelas pessoas, apesar de sofrer os efeitos de uma conjuntura que não lhe é favorável, por isso, é importante valorizar iniciativas que vão de encontro às necessidades deste setor. Nesse contexto, esta tese tem como objetivo examinar o potencial e as limitações de uma política local de desenvolvimento rural no âmbito municipal, o projeto Campo Forte e Empreendedor (CAFE), analisando a viabilidade da construção de caminhos que possam contribuir para a superação dos obstáculos enfrentados pela agricultura familiar em nível local. O projeto CAFE foi idealizado pela Associação Comercial e Empresarial de Goioerê, com o objetivo de efetivar a promoção de uma ação da referida entidade junto aos pequenos produtores rurais do município. A pesquisa foi realizada mediante a utilização de metodologia qualitativa. Foram analisadas entrevistas e dados secundários, que viabilizaram a realização de um diagnóstico do projeto CAFE por meio da metodologia de análise *ex ante*, o que permitiu a identificação dos pontos fortes e fracos do projeto. Para a realização da análise *ex ante*, foi utilizada como ferramenta a Árvore de Problemas, que proporcionou a construção de uma Matriz GUT. Constatou-se que o projeto CAFE tem potencial para cumprir os objetivos aos quais se propõe. Entretanto, verificou-se também algumas incongruências no projeto, como a falta de previsibilidade financeira, que necessita ser corrigida para que o projeto seja mais assertivo.

Palavras-Chave: Projeto de Desenvolvimento; Participação; Agroecologia; Sustentabilidade.

ABSTRACT

SILVA, Emerson Ferreira da. **Local policies for rural development: an analysis of the Campo Forte e Empreendedor project in the municipality of Goioerê-PR**, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. February - 2023. Advisor: Prof. Dr. Alvorí Alhert. Co-Advisor: Prof. Dr. Wilson João Zonin.

Rural agriculture has a relevant position in the production of most of the food consumed by people, in spite of suffering the effects of a conjuncture that is not favorable to it; therefore, it is important to value initiatives that meet the needs of this sector. In this background, this thesis aims to examine the potential and limitations of a local rural development policy at the municipal level, the Campo Forte e Empreendedor (CAFE) project, analyzing the feasibility of building paths that can contribute to overcoming the obstacles faced by peasant agriculture at the local level. The CAFE project was idealized by the Goioerê Commercial and Business Association, with the objective of promoting an action of the entity with the small rural producers of the municipality. The study was carried out using a qualitative methodology. The interviews and secondary data were analyzed, which made it possible to carry out a diagnosis of the CAFE project by means of the ex-ante analysis methodology, which allowed the identification of the project's strengths and weaknesses. For the ex-ante analysis, the tool used was the Problem Tree, which provided the construction of a GUT Matrix. It was found that the CAFE project has the potential to fulfill its proposed objectives. However, some inconsistencies in the project were also verified, such as the lack of financial predictability, which needs to be corrected in order for the project to be more assertive.

Keywords: Development Project; Participation; Agroecology; Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Apresentação do projeto Campo Forte e Empreendedor para as mulheres da comunidade Flor do Oeste.59
- Figura 2- Servidor do IFPR realizando entrevista na Comunidade Flor do Oeste.....60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Fases da colonização do Panará segundo Kohlhepp.	45
Quadro 2 - Matriz GUT	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução de recursos de Crédito Rural no Brasil (em valores constantes).	47
Tabela 2 - Tratores em estabelecimentos agropecuários no Paraná	49
Tabela 3 - Pontuação da Matriz GUT	57
Tabela 4 - Exemplo de Matriz GUT	57
Tabela 5 - Principal atividade econômica na propriedade	64
Tabela 6 - Acesso aos produtos alimentícios pelas famílias entrevistadas	66
Tabela 7 - Participação em organizações	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População rural e urbana do município de Goioerê: 1970 a 2010.....	46
Gráfico 2- Pirâmide etária dos entrevistados.....	62
Gráfico 3- escolaridade média por faixa etária.	63
Gráfico 4 - motivação para permanecer no campo	68
Gráfico 5- Considera sucesso	69
Gráfico 6- Considera sucesso	69
Gráfico 7- Já ouviu falar de produção orgânica ou agroecológica.....	70
Gráfico 8- Considera sucessoGráfico 9- Já ouviu falar de produção orgânica ou agroecológica.....	70

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização da Mesorregião Centro-Ocidental	44
Mapa 2 - Divisão político-administrativa da Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio

ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

ACIG - Associação Comercial e Industrial de Goioerê.

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.

CAFE - Projeto Campo Forte e Empreendedor.

CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

CONCEX - Conselho Nacional de Comércio Exterior

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EUA - Estados Unidos da América.

FHC - Fernando Henrique Cardoso

GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IFPR - Instituto Federal do Paraná.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.

IPCC - Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

ONU - Organização das Nações Unidas.

ORGANIS - Conselho Brasileiro da Produção Orgânica Sustentável.

PAA - Programa de Aquisição de Alimento.

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.

PL - Partido Liberal.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PSL - Partido Social Liberal.

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira.

PT - Partido dos Trabalhadores.

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural.

TI - Tecnologias da Informação.

UEM - Universidade Estadual de Maringá.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
1.1	OBJETIVOS	23
1.1.1	Objetivo Geral.....	23
1.1.2	Objetivos Específicos	23
1.2	JUSTIFICATIVA	24
1.3	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	26
2	AS POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA REGIÃO CENTRO-OCIDENTAL DO PARANÁ.....	28
2.1	O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	28
2.2	OUTROS CAMINHOS SÃO POSSÍVEIS.....	35
2.3	O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL COMO ALTERNATIVA AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA.....	37
2.4	AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO DE GOIOERÊ-PR.....	43
3	METODOLOGIA.....	51
4	O PROJETO CAFE COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM GOIOERÊ-PR.....	58
4.1	O PROJETO CAFE DA ACIG DE GOIOERÊ-PR.....	58
4.2	PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS.....	61
4.3	ANÁLISE <i>EX ANTE</i> DO PROJETO CAFE	71
4.3.1	Diagnóstico das comunidades pesquisadas: Árvore de Problemas.....	72
4.3.2	Viabilidade projeto CAFE a partir da Matriz GUT.....	77
4.4	O PROJETO CAFE COMO POLÍTICA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL.....	83
4.4.1	As potencialidades do projeto CAFE como política de desenvolvimento rural	83
4.4.2	As limitações do projeto CAFE como política de desenvolvimento rural.....	85
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
	ANEXOS	102

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um segmento de fulcral relevância para a sociedade, pois tem um papel fundamental na produção da maioria dos alimentos consumidos pelas pessoas (MITIDIERO JR.; BARBOSA; HÉRICK DE SÁ, 2017). É fundamental também para o desenvolvimento sustentável, pois reúne condições para protagonizar formas de produção relacionadas à conservação dos recursos naturais. Dessa forma, alinha-se à implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), de modo especial, o ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável¹, que tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar, garantindo o acesso a insumos, tecnologias e mercados, bem como promovendo práticas agrícolas sustentáveis e a diversificação de culturas. Mesmo assim, a agricultura familiar sofre os efeitos de uma conjuntura que não lhe é favorável, por isso, faz-se necessária a efetivação de ações que possam mitigar tais efeitos.

Nesse contexto, esta tese tem como objetivo examinar o potencial e as limitações de uma política local de desenvolvimento rural no âmbito municipal, analisando a viabilidade da construção de caminhos que possam contribuir para a superação dos obstáculos enfrentados pela agricultura familiar no contexto atual, no qual transformações mundiais decorrentes da agenda neoliberal promovem a concentração de riquezas e poder (CHOMSKY, 2002). Para Jollivet, estudar as mudanças no meio rural exige uma abordagem interdisciplinar e deve incluir fatores como a globalização, as políticas públicas e o meio ambiente (JOLLIVET, 1998).

No decorrer da história do Brasil, as elites dominantes estiveram vinculadas aos grandes proprietários de terras, favorecendo, predominantemente, um modelo de agricultura em larga escala, com ênfase na exportação e na manutenção do latifúndio. Isso resultou na mercantilização da agricultura e na exclusão de outras formas de agricultura, marginalizando pequenos e médios produtores e contribuindo para a desigualdade social e econômica no campo (POLANYI, 2000).

¹ Os ODS foram criados pela ONU em 2015, como parte de uma agenda global para o desenvolvimento sustentável até o ano de 2030. São compostos por 17 objetivos e 169 metas. Além do objetivo número 2, vários outros ODS se relacionam diretamente com a agricultura, com a Erradicação da pobreza (Objetivo 1); Saúde e bem-estar (Objetivo 3); Cidades e comunidades sustentáveis (Objetivo 11); Ação contra a mudança global do clima (Objetivo 13) e Vida na água e na terra (Objetivos 14 e 15).

Esse quadro se repete no contexto neoliberal, predominante atualmente, em que a agricultura capitalista congrega uma grande estrutura de poder e conduz as ações do Estado a seu favor, com a conivência de uma sociedade ideologizada por discursos que pregam a ideia do agronegócio como caminho único para a agricultura (POMPEIA, 2021). Segundo Boff:

O mercado livre se transformou na realidade central, subtraindo-se ao controle do Estado e da sociedade, transformando tudo em mercadoria, desde as realidades sagradas e vitais com a água, os alimentos até as mais obscenas como o tráfego de pessoas, de drogas e de órgãos humanos. (BOFF, 2012, p. 18).

A modernização da agricultura, alinhada aos interesses capitalistas, procurou legitimar-se usando o discurso da necessidade de alimentar a crescente população mundial e o da promoção do desenvolvimento. Todavia, o que se observa, na realidade, é bem diferente disso, pois o problema da fome ainda é um fantasma que assombra diversos países, inclusive o Brasil. “No Brasil hoje, um dos maiores exportadores de produtos agrícolas do mundo, temos 19 milhões de pessoas que passam fome; e 116 milhões em situação de insegurança alimentar, em pleno 2022” (DOWBOR, 2022, p.8). Além disso, a expansão do agronegócio se faz sempre com agressões aos direitos de diversos povos, de camponeses a indígenas, deixando, como saldo geral, o aumento da concentração de riqueza e, conseqüentemente, da desigualdade.

O modelo hegemônico de agricultura carrega, também, um passivo ambiental que, ao contrário dos resultados financeiros, é socializado com toda a sociedade. Segundo Boff (2012, p. 102), “se a *revolução verde* trouxe benefícios, trouxe também malefícios graves para o meio ambiente, vital para os seres humanos e demais seres vivos [grifos do autor]”. Nos últimos anos, tem-se observado um aumento significativo do uso de agrotóxicos, principalmente no Brasil, que figura, hoje, como um dos países onde essas substâncias são mais usadas no mundo (AUGUSTO *et al.*, 2015; SIMÕES, 2018). Soma-se a isso o fato de que, no Brasil, a expansão das áreas de cultivo é feita com desmatamento e queimadas, ignorando todos os alertas da ciência sobre o aquecimento global e outras conseqüências negativas que essa prática acarreta.

Além disso, nas últimas décadas, o agronegócio organizou-se para atender aos interesses da indústria de alimentos ultraprocessados, que exige padronização e

grande escala de produção, processo no qual os pequenos agricultores são excluídos ou incluídos marginalmente (PLOEG, 2009; McMICHAEL, 2016). Os danos desse processo estendem-se para as cidades, onde o consumo de alimentos provenientes desse sistema tem sido responsável pelo número crescente de problemas de saúde, como a obesidade, problema que, hoje, afeta, também, as crianças (OLIVEIRA; FISBERG, 2003). Para Fernandes (2019, p. 207), a agricultura camponesa pode estar presente nas frutas e legumes que comemos diariamente, “mas dificilmente estará no hambúrguer e outros alimentos processados que a maior parte das pessoas consome nas lojas de comida rápida”.

É importante, portanto, valorizar iniciativas que atendam às necessidades dos pequenos agricultores para promover iniciativas de manutenção das famílias no campo viabilizando atividades que, diferentemente do modelo hegemônico de agricultura capitalista, estejam na base da autonomia desses sujeitos, pois esses são os mais capacitados para produzir alimentos com a qualidade que a sociedade está passando a exigir (ALTIERI, 2012; FERNANDES, 2019).

O Estado é um agente que tem condição de atuar, de forma mais assertiva, por meio de políticas públicas compatíveis com a importância da agricultura familiar (SECCHI, 2011). Todavia, enquanto tal contexto não se materializa, é necessário pensar no possível, e avaliar iniciativas que possam contribuir para fazer frente ao cenário acima exposto.

Em Goioerê, estado do Paraná, uma ação que se apresenta como uma dessas iniciativas é o projeto Campo Forte e Empreendedor (CAFE), desenvolvido pela Associação Comercial e Industrial de Goioerê (ACIG), que visa fomentar ações dos pequenos produtores do município no sentido de promover o desenvolvimento, ou mesmo o aperfeiçoamento, das atividades desses agricultores.

O projeto CAFE foi idealizado pela Associação Comercial e Empresarial de Goioerê, com o objetivo efetivar a promoção de uma ação da referida entidade junto aos pequenos produtores rurais do município, tendo iniciado suas primeiras atividades em 2019.

Nas primeiras reuniões nas comunidades para apresentar o projeto, foi argumentado que o desenvolvimento das atividades agrícolas teria um impacto positivo, não apenas para os agricultores, mas, também, para o setor comercial do município, atuando em seu fortalecimento.

Em uma dessas reuniões, o então presidente da ACIG expôs as propostas do projeto, que visam explorar as potencialidades das propriedades rurais, com o objetivo de gerar maior renda para os proprietários. Além disso, ressaltou a problemática do êxodo rural e sua potencial influência, também para os grandes proprietários, que poderiam enfrentar a escassez de mão de obra futuramente, visto que os trabalhadores rurais, empregados em grandes propriedades, são, geralmente, oriundos da agricultura familiar.

Dessa forma, em uma primeira etapa, foram programadas visitas às propriedades, com a finalidade de realizar um diagnóstico das potencialidades produtivas, o que subsidiaria as ações futuras do projeto, tais como a oferta de cursos ou assistência técnica, por exemplo.

Assim, o projeto CAFE visa colocar a estrutura da ACIG à disposição dos pequenos agricultores de Goioerê-PR para promover diversas alternativas de produção nas propriedades. De acordo com a diretoria da associação, essas alternativas não constituem pacotes de “soluções prontas”, mas apoio para a realização de atividades as quais sejam do interesse dos sujeitos e que atendam à sua vocação.

O desafio que o projeto se dispõe a enfrentar não é irrelevante, afinal, são notórios os efeitos da negligência do histórica do Estado em desenvolver políticas públicas que atendam, efetivamente, às demandas da agricultura familiar. Isso decorre dos interesses de grandes grupos econômicos cujas ações tendem a contribuir para a reprodução de um cenário concentrador de riqueza e excludente no campo.

Esse fato resultou em um quadro em que se é cada vez mais difícil que os pequenos agricultores viabilizem suas atividades, situação que contribui para acelerar o processo de êxodo rural e envelhecimento da população do campo. Diante disso, indaga-se: Os obstáculos enfrentados pela agricultura familiar em Goioerê-PR podem ser enfrentados e superados com as ferramentas que a ACIG se dispõe a oferecer aos agricultores?

Norteadada por essa indagação, esta pesquisa foi realizada por meio de metodologia qualitativa, tendo sido analisadas entrevistas com agricultores familiares nas propriedades rurais nos anos de 2019 e 2020 (MINAYO, 2002). Além dessas entrevistas, que serviram de material empírico para análise e construção da tese, foram também analisados dados secundários do IBGE e IPARDES, além da pesquisa

bibliográfica. Os dados foram discutidos após tratamento que foi realizado por meio da análise *ex ante*, da construção de uma Árvore de Problemas e de uma Matriz GUT.

Análise *ex ante* é uma técnica que visa fazer um diagnóstico de uma política pública ou projeto social. Consiste em realizar uma análise prévia do projeto, como um todo, para encontrar possíveis falhas e, assim, contribuir para que as ações tomadas sejam mais assertivas (LASSANCE, 2022).

Os problemas levantados foram expressos graficamente por meio da metodologia da Árvore de Problemas, que consiste em dispor, visualmente, o problema principal, entre dois conjuntos, sendo um conjunto causas, disposto abaixo do diagrama, e outro de consequências, disposto acima do diagrama (CAMPOS *et al.*, 2002).

Finalmente, as potencialidades do projeto CAFE foram analisadas por meio de uma Matriz GUT, que consiste em uma metodologia para avaliar qual dos problemas devem ser priorizados para que o projeto seja assertivo (BASTOS, 2014; SOUZA, 2010).

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar a política local de Desenvolvimento Rural proposta no projeto CAFE no município de Goioerê-PR.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares do município de Goioerê-PR;
- b) Analisar as potencialidades e limitações do projeto CAFE como política de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Goioerê-PR;
- c) Identificar as congruências e incongruências do projeto CAFE como política local de desenvolvimento rural para a agricultura familiar;
- d) Realizar uma análise *ex ante* do projeto CAFÉ a fim de estimar sua viabilidade.

1.2 JUSTIFICATIVA

Atualmente, o Brasil é reconhecido por seu destaque na produção agropecuária, a qual é viabilizada pelo uso de modernas técnicas e tecnologias que garantem alta eficiência no processo produtivo². O país se destaca em nível mundial na produção de diversos produtos agropecuários, como soja, milho, café, carne bovina e aves. Isso é fruto do emprego de modernas técnicas e tecnologias que permitem o aumento da produtividade, a redução de custos e a ampliação da competitividade do setor no mercado global. Entre as tecnologias empregadas na produção agropecuária, destacam-se o uso de máquinas e equipamentos modernos, o emprego de sementes melhoradas e o uso indiscriminado de produtos químicos (MARCATTO, 2002).

Essa realidade é decorrente de um processo histórico iniciado com a Revolução Verde e consolidado durante o período denominado como o *boom das commodities*³, quando os preços de produtos agrícolas, especialmente soja e milho, foram, significativamente, valorizados no mercado internacional.

No Brasil, a Revolução Verde foi um importante fator de modernização do setor agropecuário, com destaque para a ampliação da produção de grãos, como soja e milho. Já o período conhecido como *boom das commodities* refere-se a um momento de valorização expressiva dos preços de matérias-primas e produtos agrícolas no mercado internacional, que ocorreu, principalmente, entre as décadas de 2000 e 2010. O período foi marcado pelo aumento da demanda de países emergentes, como China e Índia, e foi decisivo para consolidar o Brasil como um grande produtor agropecuário no cenário mundial, sobretudo na produção de soja e milho.

Tal processo, no entanto, também teve consequências sociais, econômicas e ambientais que devem ser consideradas. A ampliação da produção agropecuária, especialmente em grandes propriedades, gerou conflitos agrários, a concentração de terras e o êxodo rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). Além disso, a utilização

² Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas para 2023 é estimada em 38,8 milhões de toneladas, número que, se confirmado, representa um crescimento de 14,7% em relação a 2022. Fonte: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-02/ibge-preve-safra-de-302-milhoes-de-toneladas-para-2023>. Acesso em: 30 abr. 2023.

³ Rugitsky (2020), afirma que "à medida que os padrões de vida subiram, os chineses passaram a comer mais carne de gado que é alimentado com soja da Argentina e do Brasil". Disponível em: <https://revistarosa.com/1/o-interregno-e-a-pandemia>. Acesso em: 30 abr. 2023.

intensiva de insumos químicos e o desmatamento afetaram, negativamente, a biodiversidade e a qualidade do solo e da água, pois “a manutenção de monoculturas exige aportes crescentes de agrotóxicos e fertilizantes” (ALTIERI, 2012, p. 29).

No entanto, os resultados expressivos apresentados pelo agronegócio constituem um fenômeno decorrente da intervenção do Estado na organização de políticas que favorecem a expansão da grande propriedade agrícola, com ênfase na monocultura. Políticas públicas implementadas pelo Estado brasileiro tiveram e têm papel decisivo na organização e direcionamento da agricultura no Brasil, pois a concentração fundiária tem sido favorecida por políticas como de crédito rural, subsídios fiscais e incentivos à produção em larga escala (POMPEIA, 2021).

Por outro lado, a agricultura familiar tem sido preterida em políticas públicas que envolvem o crédito agrícola, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias apropriadas para esse segmento produtivo (COUTINHO, 2022; MENDONÇA, 2012). Exemplo disso são as pesquisas e o desenvolvimento de tecnologias agrícolas que têm sido focados em culturas de grande escala, como a soja, o milho e o algodão, negligenciando as necessidades e demandas da agricultura familiar (MENDONÇA, 2012).

Tendo em vista a importância da agricultura familiar na produção de alimentos e na sua função social na sociedade brasileira, torna-se indispensável e premente enfrentar essas injustiças. No entanto, o que se observou nos últimos anos foi um movimento em direção oposta, sobretudo a partir de 2016, com os governos Temer-MDB (2016-2018) e Bolsonaro-PSL/PL (2019-2022), quando Políticas Públicas voltadas para atender às necessidades da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que já chegaram, tardiamente, do ponto de vista histórico, e sofreram cortes significativos de recursos (LOURENÇO *et al.*, 2022; PERIN, 2022).

Considerando o esvaziamento do papel do Estado, é necessário apontar as consequências que isso pode trazer, mas é preciso, também, agir de forma proativa na busca por soluções possíveis. Nesse contexto, é importante compreender e valorizar iniciativas que visam fomentar o desenvolvimento rural, ainda que em âmbito local, visto que, diante da ausência de Políticas Públicas efetivas para tal finalidade, é necessário valorizar quaisquer medidas paliativas que possam ser implementadas.

Dessa forma, esta pesquisa justifica-se pelo fato de buscar analisar e avaliar uma dessas iniciativas, ainda em estágio embrionário, o projeto CAFE. Em Goioerê-PR, os efeitos negativos do processo de modernização da agricultura mostram-se de forma bastante acentuada, materializando-se em fenômenos como êxodo, envelhecimento e masculinização da população rural⁴. Observa-se que Goioerê e a região não conseguem criar oportunidades para a permanência dos cidadãos, embora esses municípios tenham sua economia baseada na agricultura, setor que, nas últimas décadas, não enfrentou nenhuma crise, nem de preços, nem climática, o que pode apontar para o fato de rendimentos obtidos nesse setor ficarem concentrados. Desse modo, é mister analisar as potencialidades do projeto CAFE em fazer frente a essa conjuntura. Os potenciais resultados positivos do CAFE podem, ainda, fomentar ações de outras instituições, como o conselho de agricultura, que costuma ter uma atuação ainda modesta alternando entre altos e baixos.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Estruturalmente, este trabalho conta com quatro capítulos: o capítulo 1, que consiste nesta introdução, e dedica-se a fazer uma apresentação da estrutura geral do trabalho.

O segundo capítulo consiste em uma revisão de literatura em que apresentamos a base teórica que foi utilizada para refletir sobre os impactos do processo de modernização da agricultura para a agricultura familiar na região centro-ocidental do Paraná. Esse é dividido em três seções, sendo que, na primeira, são discutidos os fatores políticos e sociais envolvidos no processo de modernização que culminam no atual contexto em que a agricultura familiar se encontra inserida, destacando as consequências das transformações ocasionadas pela Revolução Verde. Na segunda seção, na qual apresentamos o Desenvolvimento Sustentável como alternativa ao processo de modernização da agricultura, é realizado um debate sobre obstáculos enfrentados para a implantação de ações que apontem para

⁴ Dados preliminares do censo demográfico de 2022 divulgados pelo IBGE apontam redução na população de todos os municípios da Microrregião de Goioerê-PR. Na Mesorregião, o município que teve maior crescimento populacional foi Campo Mourão, onde fica a sede da Coamo, cooperativa e que também é sede desta Mesorregião. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=resultados>. Acesso em: 30 abr. 2023.

caminhos de desenvolvimento comprometidos com a sustentabilidade. Já na terceira seção, são abordados os efeitos dessa conjuntura na agricultura do município de Goioerê-PR, que está inserido em uma região que foi, diretamente, impactada pelas diversas políticas agrícolas implantadas no país.

O terceiro capítulo dedica-se a expor os procedimentos metodológicos da tese e apresenta os instrumentos e procedimentos utilizados na fase de coleta de dados, bem como as estratégias adotadas para o seu tratamento.

No quarto capítulo, discorre-se sobre os resultados da pesquisa de campo, bem como sua discussão. Os dados das entrevistas são apresentados em gráficos, tabelas e quadros e discutidos com base na literatura selecionada para subsidiar, teoricamente, esta tese. Na sequência, é realizado um diagnóstico do projeto CAFE, a fim de mostrar seus limites e potencialidades.

Finalmente, no quinto capítulo, são apresentadas as considerações finais e sugestões para estudos futuros. Seguem-se as referências e anexos, compostos dos questionários das entrevistas.

2 AS POLÍTICAS DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E SEUS IMPACTOS NA REGIÃO CENTRO-OCIDENTAL DO PARANÁ

O modelo de agricultura iniciado com a revolução verde e consolidado com as biotecnologias não foi concebido para incluir os mais pobres do setor rural e culminou com o abismo que se nota, hoje, entre a agricultura familiar e a agricultura patronal. Essa saiu de um latifúndio decante, em meados do século XX, para um setor que, hoje, ostenta significativos números de produção agropecuária, enquanto a agricultura familiar, apesar do importante papel na produção de alimentos, não foi incluída nos projetos de modernização (MARCATTO, 2002).

No Brasil, a classe dominante direcionou os rumos da modernização e os reflexos disso na agricultura podem ser observados na concentração de terras e consequente exclusão social. O que se conhece hoje como agricultura patronal foi forjado nesse processo de modernização, o qual reserva, para a agricultura familiar, uma posição de marginalidade (SANTOS, 2008).

2.1 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E AS CONSEQUÊNCIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O processo de modernização da agricultura foi responsável não só pelo crescimento da pobreza no espaço rural, mas como pelo aumento das desigualdades regionais (SCHNEIDER; FIALHO, 2000). Além disso, a concentração na produção de grãos de commodities provoca a redução da diversidade de alimentos no campo, comprometendo a segurança alimentar (ALTIERI, 2012). Podemos destacar, também, o êxodo rural, acelerado durante a implantação do projeto de modernização conservadora no período da ditadura civil-militar, e o envelhecimento da população rural registrado recentemente. O município de Goioerê-PR representa um caso típico desse contexto.

A conjuntura conhecida, hoje, como modernidade teve início na Europa no bojo de um conjunto de transformações que mudaram, radicalmente, as relações de produção existentes até então, e impulsionaram alterações, em maior ou menor escala, em todo o globo, no contexto da busca pelo que se convencionou chamar de progresso (CHOMSKY, 2002). Dupas alerta para os riscos desse discurso hegemônico que, segundo o autor, pode comprometer "a aventura humana para

estruturar um futuro viável e mais justo para as gerações futuras." (DUPAS, 2006, p.16).

O surgimento e expansão da indústria no velho continente impulsionou uma corrida em busca tanto de matérias primas como de novos mercados para a crescente produção. As embarcações europeias partiram em direção a terras cada vez mais distantes e estabelecem relações de exploração com povos em diversas partes do globo (DUSSEL, 2005). Essa exploração foi legitimada pela produção de conhecimento que passou a formular teorias que colocavam toda a humanidade na mesma rota de evolução, rumo a um mundo moderno, caminho no qual os países europeus estariam na dianteira e deveriam ser seguidos pelos demais (QUIJANO, 2005; DUSSEL, 2005).

Dessa forma, a América Latina, desde a chegada dos europeus, inseriu-se, marginalmente, nesse contexto, uma vez que sua população sempre sofreu com o colonialismo imposto sob o eufemismo de “progresso”. A violência da colonização era, assim, justificada sob o pretexto de avançar com um processo civilizador, no qual o pensamento racional deveria sobrepor o “comportamento bárbaro” dos nativos (DUSSEL, 2005; DUPAS, 2006). Assim, os saberes dos diversos povos originários, arbitrariamente reduzidos a alcunha de “índios”, foram ignorados, menosprezados etc. O pensamento racional seria uma exclusividade dos europeus (QUIJANO, 2005).

Nesse contexto, enquanto os países europeus aceleravam o processo de industrialização, o Brasil, assim como os demais países americanos, inseriu-se na divisão internacional do trabalho como fornecedor de matérias primas para os países daquele continente, principalmente produtos agrícolas de baixo valor, obtidos com mão de obra superexplorada, cenário que, em nosso país, foi conveniente apenas para a elite formada pelos grandes proprietários de terras (CHOMSKY, 2002).

Esse cenário ajudou a desenhar, no Brasil, os contornos de uma sociedade agrária, com o poder econômico e político concentrado nas mãos de grandes latifundiários, o que fez com que o Estado estivesse sempre subserviente a esse grupo (POMPEIA, 2021).

Um exemplo disso é a lei de terras de 1850, que foi promulgada quando o modelo de produção baseado no trabalho cativo dava sinais de que se findaria, fazendo com que a elite rural tratasse de garantir que o acesso à terra fosse controlado, garantindo a manutenção da concentração fundiária:

A Lei de Terras, de 1850, e a legislação subsequente codificaram os interesses combinados de fazendeiros e comerciantes, instituindo as garantias legais e judiciais de continuidade do padrão de exploração da força de trabalho, mesmo que o cativo entrasse em colapso. Na iminência de transformações nas condições do regime escravista, que poderiam comprometer a sujeição do trabalhador, criavam as peculiares condições que garantissem, ao menos, a sujeição do trabalho na produção do café (MARTINS, 2010, p. 59).

Conforme exposto por Martins, as manobras políticas realizadas em meados do século XIX contribuíram para a perpetuação da concentração de terras no Brasil, fazendo com que a estrutura fundiária no país se perpetuasse, ao mesmo tempo em mercantilizou a terra (POLANYI, 2000). A exceção foi o sul do Brasil, onde, no processo das estratégias governamentais de povoamento desta região, foram distribuídas pequenas parcelas de terra para imigrantes europeus, dentro de um contexto no qual o governo brasileiro:

Dispunha-se a pagar as passagens e os custos da viagem para os que quisessem vir como colonos. Os que se dispusessem a vir como soldados receberiam, a partir do embarque, um soldo em dinheiro. Ao chegar ao Brasil, o colono teria o direito de escolher a função a desempenhar (soldado, colono, artesão etc.). Para os colonos, ficaria garantido um lote gratuito, com a infraestrutura adequada para sua manutenção e a da sua família (VITAL JUNIOR, 2011, p. 167).

Nas demais regiões do Brasil, o acesso à terra era controlado para que a estrutura fundiária se mantivesse, mesmo o país dispondo, naquela época, de uma vasta extensão territorial não explorada, podendo beneficiar todos que desejassem um pedaço de terra para trabalhar (FURTADO, 1978). Dessa forma, o Brasil adentrou o século XX com uma estrutura agrária concentrada, caracterizando-se pela presença de latifúndios, muitos dos quais pouco produtivos.

Nesse contexto, até o início da década de 1960, o Brasil, que vivia um estágio que Machado e Machado Filho (2014) chamam de “atraso tecnológico”, passou a receber apoio de organizações estadunidenses para o uso de um conjunto de técnicas que ficaram conhecidas como “pacotes tecnológicos”, iniciando um processo de modernização da agricultura com a inserção de maquinários e insumos químicos industrializados, processo que ficou conhecido como Revolução Verde. Convém notar que a marcha da modernização ocorreu sem que se alterasse a estrutura agrária concentradora e excludente.

Dessa maneira, a modernização proposta ficou conhecida como “modernização conservadora”, porque manteve a estrutura agrária brasileira com base na concentração da terra em latifúndio, na exploração do trabalho e trouxe consigo problemas e consequências desastrosos devido ao modelo tecnológico, como é o caso dos agrotóxicos, do adubo sintético, da transgenia, das nanotecnologias, bem como alterações naturais do solo e ambiente (SANTOS, 2015, p. 49).

No bojo desse processo de modernização, os setores patronais da agricultura procuraram descolar-se do termo "latifúndio". Nesse contexto, foi oportuna a importação do termo *agribusiness*, que surgiu nos Estados Unidos, em 1955, na Escola de Negócios da Universidade de Harvard. Esse termo surgiu como referência para traduzir todo o processo de produção e distribuição de alimentos e fibras, no contexto de um movimento que defendia um processo de liberalização da agricultura reduzindo o papel do Estado, sendo, posteriormente, utilizado o termo “agronegócio” (POMPEIA, 2021).

A Revolução Verde pode ser considerada um movimento que engendrou mudanças não apenas na agricultura, mas em toda a sociedade brasileira, no aspecto social, político e econômico. Diante disso, é possível afirmar que a Revolução Verde possui uma dinâmica que pode ser analisada sob o aspecto técnico, político, econômico e social, dentre outros (ALTIERI, 2012; CAPORAL; COSTABEBER, 2002; OLIVEIRA, 2016; FERNANDES, 2019; SCHNEIDER; FIALHO, 2000; BOFF, 2012; POMPEIA, 2021).

A Revolução Verde é um conjunto de técnicas implantadas na agricultura, a partir de meados do século XX, com o objetivo de potencializar a produção de alimentos. Embora tenha-se iniciado na Europa, foi nos EUA que se consolidou como uma estratégia eficiente para superar as dificuldades em aumentar a produção de alimentos sem a necessidade do aumento da área cultivada, como ocorria até então, pois a disponibilidade de terras cultiváveis estava limitada e a população estava em crescimento (ALVES, 2013; ALTIERI, 2012; CAPORAL; COSTABEBER, 2002). Segundo Coutinho:

A modernização da agricultura brasileira iniciada na década de 1970, influenciou na forma de produzir, modificando os ciclos de produção através de novas técnicas, e com um aporte tecnológico mais sofisticado, que alterou a relação homem/natureza, impondo aos camponeses a atualização do modelo tecnológico, de forma que ele se adequaria, ou estaria fora do processo produtivo (COUTINHO, 2022, p.70).

Basicamente, a Revolução Verde lançou mão da estratégia de inserir maquinários, como tratores e colheitadeiras, além do incremento de insumos químicos, primeiramente adubos sintéticos, em substituição a uso do esterco animal e, posteriormente, o uso de agrotóxicos para o controle de pragas. Muitas dessas tecnologias foram aproveitadas da indústria bélica, sendo que parte da produção industrial que abastecia os campos de batalha ficou ociosa com o fim da Segunda Guerra Mundial. Havia, ainda, o aperfeiçoamento do sistema de transportes, que contribuiu para facilitar tanto o escoamento da produção quanto a chegada de insumos até a lavoura, uma vez que tal sistema é altamente dependente de insumos externos. De acordo com Aves:

Revolução Verde pode ser conceituada como um programa orientado e constituído, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícola no mundo. Para isso, desenvolveram-se novas tecnologias, integrando todo um complexo sistema de apoio. A agricultura não poderia mais ter uma relação social e tradicional do agricultor com a terra e, sim, uma relação complexa entre o agricultor, o mercado financeiro (bancos), a indústria metal-mecânica (máquinas e equipamentos agrícolas), a indústria química (fertilizantes e defensivos agrícolas) e a indústria de pesquisa de tecnologia agrícola (ALVES, 2013, p. 24).

No cenário global pós-Segunda Guerra Mundial, a questão da carência alimentar evidenciou-se como um problema premente e urgente para a comunidade internacional, tendo servido como fator desencadeante e difusor do paradigma da Revolução Verde no âmbito da agricultura global (McMICHAEL, 2016). Tal difusão foi impulsionada pelo apoio de instituições filantrópicas dos Estados Unidos como as fundações Rockefeller e Ford, que patrocinavam as pesquisas na área agrícola, por meio do aporte financeiro de milhões de dólares (POMPEIA, 2021).

Tendo como base as tecnologias da indústria, a Revolução Verde acentuou o abismo entre a produção agrícola dos países industrializados e dos países do terceiro mundo (McMICHAEL, 2016; POMPEIA, 2021). Isso colocou em jogo outra questão: o risco da fome nos países do terceiro mundo. Necessário pontuar que o mundo se encontrava no contexto da guerra fria, no qual Estados Unidos e União soviética antagonizavam a disputa pela hegemonia mundial. Nesse contexto, havia toda uma preocupação de que o perigo da "Revolução Vermelha" chegasse aos países que estavam sob influência dos Estados Unidos. Nesse sentido, a produção agrícola dos países pobres era tema de interesse estadunidense como parte da estratégia para evitar que a insegurança alimentar pudesse se tornar combustível para ideias

revolucionárias no terceiro mundo. Nesse sentido, Alves assevera que a Revolução Verde:

Na verdade, foi tecida na política externa americana e era parte integrante dos esforços pós-guerra para conter a revolução socialista. Tentava tornar o mundo um lugar seguro para os lucros das companhias capitalistas norte-americanas. Entendida nessa perspectiva mais ampla, a Revolução Verde torna-se mais um capítulo na longa história de penetração do imperialismo americano no Terceiro Mundo (ALVES, 2013. p. 30).

Assim, as técnicas da Revolução Verde passaram a ser disseminadas pelo mundo com apoio estadunidense, tanto estatal como privado (ALVES, 2013).

No Brasil, a Revolução Verde foi adiada, pois, no contexto da guerra fria, era importante, para os EUA, que o Brasil fornecesse urânio, fundamental para a produção de armas atômicas. A exportação do mineral era feita em troca de trigo. Por isso, se o Brasil ficasse autossuficiente na produção desse cereal, os EUA ficariam sem a moeda de troca (POMPEIA, 2021).

Já no governo João Goulart, havia um cenário de desconfiança por parte dos EUA quanto aos posicionamentos do presidente, que flertava com medidas demasiadamente populares aos olhos ianques (YAMAUT, 2005).

Com o golpe civil-militar de 1964, instaurou-se um cenário mais seguro para que os EUA apoiassem a implantação da Revolução Verde no Brasil. O debate sobre a reforma agrária, que já estava bastante maduro no país, foi abandonado (YAMAUT, 2005). Se antes tanto setores conservadores quanto progressistas concordavam com a necessidade de uma reforma agrária no Brasil, divergindo somente sobre como deveria ser encaminhada, após o golpe, o primeiro grupo passou a defender caminhos mais liberais para a agricultura, nos moldes da Revolução Verde, enquanto o segundo foi silenciado, no contexto repressivo do governo dos generais (ALVES, 2013; MARCATTO, 2002).

Dentre as ações do governo civil-militar para a agricultura, destaca-se a política de pesquisas, que passou a ser direcionada para atender a viabilização de soluções para a grande produção. Houve reformulações nos currículos dos cursos de agronomia, além do envio de professores universitários para capacitação nos EUA (MARCATTO, 2002). Em 1973, foi criada a Embrapa, sob influência de uma comissão que havia sido formada três anos antes para avaliar a política brasileira de pesquisas agropecuárias. A instituição passou, então, a concentrar as pesquisas relacionadas à

agropecuária no país, direcionando tais pesquisas para os interesses dos membros da comissão que a gestou, que eram, em sua maioria, ligados a empresas privadas (MENDONÇA, 2012).

Em seus primeiros anos de funcionamento, a Embrapa privilegiou a geração dos chamados pacotes tecnológicos, que induziam ao uso intensivo de insumos modernos, afinada aos interesses dos grupos agroindustriais que lutaram por sua fundação (MENDONÇA, 2012, p. 82).

Outra ação importante para a modernização da agricultura foi a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965 (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014). Alves assevera que, nesse período, “[...] o crédito agrícola subsidiado só foi acessível para os médios e grandes produtores em razão do acesso e da familiaridade desses produtores com o sistema financeiro” (ALVES, 2013, p. 63).

De acordo com Nascimento, durante o governo militar no Brasil:

Não houve qualquer política que pudesse auxiliar o pequeno agricultor para: investir em pesquisa em áreas favoráveis a produtos agrícolas; manter a agricultura tradicional em regiões menos favorecidas; propiciar incentivos fiscais e crédito agrícola; facilitar a irrigação em regiões de seca; garantir o preço dos produtos; uma política que implantasse reforma agrária para a desconcentração de terras (NASCIMENTO, 2014, p. 128).

Dessa forma, o crédito com juros subsidiados possibilitou a aquisição de maquinários e insumos que potencializaram a produção agrícola, no entanto, os recursos não foram acessados de forma equânime por todos os produtores rurais.

Na década de 1980, em decorrência da considerável redução dos créditos públicos para o setor agropecuário e da escassez de assistência técnica, o projeto de modernização conservadora entrou em crise. A crise econômica que caracterizou os últimos anos da ditadura civil-miliar fez com que o Estado, enquanto principal suporte financeiro da agricultura, enfrentasse limitações para manter o fluxo de recursos e serviços de assistência aos produtores rurais (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Para Santos (2015), na década de 1990, o projeto neoliberal foi implementado com impactos na política agrícola do período. Foram adotadas as recomendações do Banco Mundial, que resultaram na criação do Conselho do Agronegócio, em 1998, instituição que recebeu apoio integral do Estado. A autora assevera que, a partir desse período:

O Estado brasileiro se torna refém da agricultura e da burguesia agrária, classe social que detém o controle das terras, dos meios de produção, da renda e da riqueza socialmente produzida no campo; e devido a essa posição de classe, a burguesia agrária possui também a facilidade de articular investimentos públicos e privados na grande agricultura desenvolvida no país já que também mantém controle sobre o próprio Estado. O fato de as commodities garantirem saldo na balança comercial faz com que o Estado brasileiro financie cada vez de maneira mais vultuosa (SANTOS, 2015, p. 55).

A adoção da agenda neoliberal na agricultura com ênfase na maximização dos lucros e subserviência a grandes empresas fornecedoras de insumos e aos impérios alimentares contribui para perpetuação da desigualdade no meio rural, enfraquecendo as comunidades rurais. A pressão por uma produção agrícola em larga escala, que leva ao uso intensivo de agroquímicos e à perda de diversidade genética contribui para que haja implicações negativas para a segurança alimentar e para o meio ambiente. É necessário, portanto, repensar o mundo rural e as políticas agrícolas sob uma perspectiva justa, levando em conta a proteção dos recursos naturais e a garantia do acesso aos alimentos para todos.

2.2 OUTROS CAMINHOS SÃO POSSÍVEIS

O avanço das forças do capitalismo na agricultura, sobretudo o neoliberalismo, sua forma mais dinâmica, provoca rupturas nos processos produtivos culminando em mudanças nas relações sociais nas comunidades rurais. Todavia, existem ocasiões em que princípios econômicos não baseados no mercado predominam, resultando em relações que promovem uma maior coesão social (ECKERT, 2016). Essas ocasiões podem ser interpretadas e conceituadas como expressões de contramovimentos, antagônicos ao paradigma agroalimentar convencional e à mercantilização da agricultura, constituindo-se como uma alternativa na busca pela autonomia dos sujeitos (POLANYI, 2000).

Para Polanyi (2000), é na sociedade moderna que emerge o movimento do liberalismo econômico que deposita plena confiança no mercado livre como caminho único para a economia, sendo que, sob os efeitos dessa ideologia⁵, elementos como terra, trabalho e dinheiro são transformados em mercadorias. Por outro lado,

⁵ Considerando que ideologia é um conceito polissêmico, cabe esclarecer que, aqui, estamos usando o termo no sentido de falsa consciência, tal qual definido por Marilena Chauí no livro *O que é Ideologia*, da coleção primeiros passos. Nessa obra, a autora assevera que ideologia tem como característica o falseamento da realidade a fim de legitimar a dominação (CHAUÍ, 1980).

emergem, também, os contramovimentos, como reação aos efeitos deletérios do mercado. Para o autor, a ideia de contramovimentos faz referência:

às formas de ação coletiva ativadas pelos próprios atores sociais no intuito de proteger o tecido social, a natureza externa e o próprio processo produtivo dos efeitos negativos do avanço do "livre mercado" sobre os meios de sobrevivência e demais esferas da vida social (ESCHER, 2011. p. 20).

De acordo com Polanyi (2000), os "contramovimentos" representam um conjunto de práticas diversas e heterogêneas adotadas pelos atores, com o objetivo de preservar a autonomia e melhorar as condições de vida, como uma resposta à conjuntura econômica na qual estão inseridos (BESEN; PLEIN, 2018).

A sociedade nunca deixou de pautar suas ações em motivações de ordem social, mesmo em um contexto de economia de mercado. Portanto, existe a possibilidade de superar o paradigma de mercado autorregulado, por meio de uma subordinação consciente desse modelo a uma sociedade democrática. Por meio dos "contramovimentos", os agricultores familiares podem desenvolver processos de diversificação produtiva e tecnológica, e implementação de mecanismos de troca e distribuição regulados socialmente, inseridos em relações sociais fundamentadas em valores como solidariedade, reciprocidade e redistribuição (PEREIRA, 2016). Esse processo começa com a quebra da crença de que a vida social deve ser submetida, exclusivamente, aos mecanismos de mercado (ECKERT, 2016; PEREIRA, 2016).

No contexto do paradigma de mercado, a terra é vista como uma mercadoria. Entretanto, a resistência dos pequenos agricultores em deixar suas terras pode ser vista como um contramovimento, já que, para eles, a terra não é somente uma mercadoria. Para esses indivíduos, a terra representa um meio de reprodução social, pois seu valor estende-se para além do aspecto econômico, envolvendo aspectos culturais e sociais, como o convívio com a família e a comunidade. Dessa forma, seu valor não pode ser expresso apenas por meio de cálculos racionais e mercantis. Um conceito relevante para refletir sobre as relações sociais nesse contexto é o princípio da reciprocidade:

O princípio da reciprocidade, assente numa economia de entreatajuda entre vizinhos e os membros da comunidade em que se inserem. Também este princípio é portador de grande riqueza, abrangendo várias dimensões, para além da puramente económica (PEREIRA, 2016, p. 36).

Segundo Polanyi (2000), o princípio de reciprocidade diz respeito à condição na qual os bens e serviços são transferidos entre membros de um grupo simétrico de forma correspondente, estabelecendo relações recíprocas de parentesco, amizade e cooperação no uso produtivo dos recursos (BESEN; PLEIN, 2018). A reciprocidade pode ser observada quando indivíduos de uma comunidade demonstram solidariedade entre si, deixando de lado o individualismo em prol do bem comum. Tais indivíduos, ao realizarem ações altruístas, sem esperar recompensas imediatas, acabam sendo beneficiados no futuro (SILVA *et al.*, 2011).

É necessário resgatar o sentido primordial da economia, relacionado à subsistência humana. Isso não significa que os mercados devem ser abolidos, mas devem ser colocados para atuar em benefício da sociedade, sem constituir uma instituição autônoma em relação às relações sociais, por meio do expediente de autorregulação (POLANYI, 2000). As cadeias curtas constituem uma via importante para a valorização dos produtos da agricultura familiar, no sentido de que aproxima produtores e consumidores, o que pode proporcionar uma comercialização mais justa ao eliminar o custo do intermediário ao mesmo tempo em que fortalece a economia local (BESEN; PLEIN, 2018).

2.3 O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL COMO ALTERNATIVA AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

No início do ano de 2007, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC)⁶, composto por 2.500 cientistas de 130 países sob a coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU), publicou um relatório que anunciava a irreversibilidade das mudanças climáticas na Terra e o risco iminente que elas representam para a sobrevivência humana. De acordo com o relatório, a temperatura média do planeta pode aumentar entre 1,8 e 4 graus Celsius no século XXI⁷.

No entanto esse debate já é feito a bem mais tempo. Em abril de 1968, foi fundado o Clube de Roma, grupo fundado por 30 especialistas de diversas áreas, com o intuito de discutir a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável. Em 1972, esse grupo publicou o relatório intitulado "Os limites do crescimento". O documento

⁶ IPCC é a sigla em inglês para *Intergovernmental Panel on Climate Change*.

⁷ O relatório do IPCC encontra disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/>. Acesso em: 03 mai. 2023.

em questão buscava projetar um futuro hipotético, no caso de não ocorrerem modificações nos modelos de desenvolvimento econômico adotados, revelando um possível colapso, caso a sociedade continuasse no caminho da busca incessante pelo crescimento econômico a qualquer custo (BOFF, 2012).

Em 1984, a ONU criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), presidido pela primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtlnad. Em 1987, como fruto dos trabalhos dessa comissão, foi apresentado o relatório *Nosso Futuro Comum*⁸, documento no qual aparece, pela primeira vez, a expressão "desenvolvimento sustentável", conceito que foi definido como "aquele que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atendimento a suas necessidades e aspirações" (BOFF, 2012, p. 34). Em decorrência dos debates gerados a partir desse relatório, foi organizado um grande evento para debater o tema, em 1992, no Rio de Janeiro, a Rio-92.

A Rio-92 foi um marco histórico na consciência global sobre o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, pois apresentou esse tema para o grande público. Foi a primeira vez que líderes mundiais, organizações internacionais e representantes da sociedade civil se reuniram para discutir o futuro do planeta e traçar estratégias para enfrentar os desafios. O resultado da Rio-92 foi o lançamento da Agenda 21, documento que propôs um plano de ação global para promover o desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

Após a Rio-92 outros encontros ocorreram e a questão ambiental, até então restrita a especialistas, passou a ocupar mais espaço na mídia e a ser pauta de debates da sociedade, que passou a ter mais clareza sobre os efeitos causados modelo de produção industrial.

O modelo de produção industrial, assentado em princípios capitalistas, é um dos pilares da crise ambiental pela qual passamos, sendo que a Revolução Verde representa a reprodução desse modelo na agricultura. Para Altieri, "À medida que o modelo industrial foi sendo introduzido nos países em desenvolvimento, a diversidade agrícola foi se erodindo, uma vez que as monoculturas passaram a predominar" (ALTIERI, 2012, p.24). No mesmo sentido, Leff assevera que:

⁸ Esse documento também é conhecido como Relatório de Brundtlnad em alusão à primeira-ministra que presidiu a comissão que o criou (BOFF, 2012).

Dentro da racionalidade capitalista, as forças produtivas fundam-se no predomínio dos processos tecnológicos que alimentam um processo de acumulação do capital marcado por uma extrema divisão do trabalho, bem como por uma concentração econômica e uma concentração do poder, desconhecendo os potenciais ecológicos e erodindo as bases de sustentabilidade do processo econômico (LEFF, 2007, p. 92).

Concebido sob os preceitos modernos, o agronegócio sempre se orientou por um modelo produtivo predatório e hostil aos ecossistemas e às comunidades que não se alinham com sua agenda, valendo-se de influência política para essa finalidade. No Brasil, os reflexos dessa conjuntura podem ser observados nos eventos políticos ocorridos nos últimos anos, pois, a partir de 2016, quando grupos ultraconservadores ascenderam ao poder no país, a atuação do Estado foi, deliberadamente, desfavorável à agricultura familiar. Exemplo disso foi a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a aceleração do registro de agrotóxicos⁹. No entanto, esses movimentos de influenciar as ações do Estado em benefício de grupos específicos são históricos e têm contribuído para a dificuldade que o país enfrenta para avançar em direção à superação do quadro de desigualdade existente no campo brasileiro. Segundo Altieri:

Há forças políticas e econômicas que influenciam essa tendência a destinar grandes áreas à monocultura e, de fato, tais sistemas são recompensados pela economia de escala, assim como contribuem significativamente para a capacidade de as agriculturas nacionais atenderem os mercados internacionais. (ALTIERI, 2012, p. 27).

Portanto, refletir sobre a conjuntura da agricultura, no entanto, significa pensar, também, não apenas sobre o que acontece dentro da porteira, ou nos meios políticos, mas entender que esse setor faz parte de um processo maior e mais complexo, que vai desde a produção de insumos até o mercado financeiro (POMPEIA, 2021). Este último apresenta-se com um “deus” que reivindica o controle sobre nossas vidas e exige que lhes prestemos uma espécie de “culto” à sua “mão invisível” que organiza a sociedade:

⁹ Em 2021 o governo federal alterou a Lei 7.802/1989 em vigor desde 1989 através do Decreto 10.833/2021 que entre outras coisas agiliza o registro de agrotóxicos, e confere mais poder ao Ministério da Agricultura em relação ao processo de aprovação dos agrotóxicos. Em 2021 foram aprovados 550 novos agrotóxicos no Brasil. Fonte: <https://contraosagrototoxicos.org/manifestos/nota-tecnica-sobre-o-decreto-10-833-de-07-de-outubro-de-2021-que-altera-a-regulamentacao-da-lei-de-agrototoxicos/>. Acesso em: 02 mai. 2023.

O mercado livre se transformou na realidade central, subtraindo-se ao controle do Estado e da sociedade, transformando tudo em mercadoria, desde as realidades sagradas e vitais como a água, os alimentos até as mais obscenas como o tráfico de pessoas, de drogas e de órgãos humanos (BOFF, 2012, p. 18).

Nas últimas décadas, há destaque, também, para os impérios alimentares que, ao movimentar uma cadeia grandiosa, em que a grande escala de produção e comercialização, aliada às redes de consumo, apresenta-se como uma força colossal, fazendo com que o jogo ocorra de forma desvantajosa para a agricultura familiar e para os mais pobres (PLOEG, 2009; McMICHAEL, 2016).

Tudo se agravou quando os alimentos se tornaram mercadoria com outra qualquer e não como meios de vida que, por sua natureza, jamais deveriam ser postos nos mercados, porque a vida é sagrada demais para ser transformada em objeto de compra e venda. Os alimentos entram na lógica do mercado como commodities, sujeitos à especulação dos preços. A mesa está posta com suficiente comida para todos, mas os pobres não têm acesso a ela pela falta de recursos monetários (BOFF, 2012, p. 102).

A conjuntura na qual os impérios alimentares estão inseridos está, diretamente, relacionada à produção do agronegócio, que tem limites relacionados à questão ambiental, pois é dependente de recursos naturais não renováveis, como o petróleo, além de demandar produtos que são contaminantes, como agrotóxicos e fertilizantes sintéticos.

A manutenção de monoculturas exige aportes crescentes de agrotóxicos e fertilizantes, mas a eficiência de sua utilização está diminuindo e a produtividade das principais culturas começa a se estabilizar. Em alguns lugares os rendimentos estão em declínio (ALTIERI, 2012, p. 29).

Outro complicador para o grupo hegemônico é a mudança de hábitos dos consumidores, sendo que esses têm passado a exigir, cada vez mais, produtos de qualidade. Para Fernandes (2019, p. 206), “o modelo hegemônico do agronegócio já está no seu limite, o que abre novas perspectivas para a agricultura camponesa”.

Frente a isso, é necessário fomentar o debate sobre formas alternativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, de modo a reconectar agricultores e consumidores, sendo que as redes curtas têm um papel muito importante nesse processo.

Diante desse quadro, a agricultura familiar tem a possibilidade de protagonizar uma nova etapa no fornecimento de alimentos para a crescente população, afinal, a

maior parte da população rural ainda é composta por pequenos produtores (ALTIERI, 2012).

A agricultura familiar reúne uma série de requisitos para protagonizar a produção de alimentos a qual a sociedade passa cada vez mais a demandar. Se no passado a grande preocupação era a produção em quantidade suficiente para alimentar uma população crescente, atualmente, é necessário levar em conta a necessidade de manutenção dos recursos naturais e, ainda assim, é preciso continuar aumentando a produção, pois as projeções dão conta de que a população mundial vai continuar aumentando até chegar a 9 bilhões de pessoas em 2050 (BOFF, 2012).

O atual modelo hegemônico de agricultura desenvolveu-se lançando mão de uma série de recursos provenientes das indústrias e afastando-se, cada vez mais, da natureza. Fertilizantes sintéticos, agrotóxicos e petróleo são essenciais para a agricultura moderna, sendo que todos esses recursos são limitados e/ou altamente prejudiciais à natureza. Soma-se a isso a dependência do capital financeiro (PLOEG, 2009). É por isso que a agricultura familiar é fundamental para garantir o abastecimento de alimentos que a humanidade demanda.

Especialmente sob as condições atuais (crise econômica e financeira global que se combina com crises alimentares periódicas), o modo de produção camponês deve ser valorizado como um dos principais elementos de qualquer que seja o projeto adotado para fazer frente aos dilemas atuais (PLOEG, 2009, p. 17).

Não faltam teorias que profetizam o fim da agricultura familiar, considerada com uma categoria social anacrônica e, portanto, incapaz de adaptar-se aos meios técnicos necessários para superar os desafios que enfrenta (PETERSEN *et al.*, 2009). A agricultura familiar, no entanto, constitui, hoje, a maioria da população rural no mundo (PLOEG, 2009).

Dessa forma, um dos grandes desafios que se apresentam para a agricultura familiar, na atualidade, é vencer as barreiras técnicas para a produção sustentável, pois formas alternativas de produção, como a agroecologia, ainda carecem de mais pesquisa, assistência técnica e tecnologias para poder fazer frente ao modelo hegemônico da agricultura capitalista.

O segundo desafio, talvez esse seja maior que o primeiro, é poder vencer as barreiras do mercado, que, atualmente, está quase totalmente alinhado ao modelo hegemônico de agricultura. Das grandes indústrias de alimentos ultraprocessados às

redes de supermercados, há uma rede de produção de distribuição de alimentos muito consolidada, sendo que a concorrência com esse império é muito difícil. Todavia, novos hábitos de consumo podem oferecer a chave para que a oferta de alimentos provenientes da agricultura familiar seja valorizada (McMICHAEL, 2016).

É fundamental a valorização dos circuitos curtos para que os alimentos parem de fazer “longos passeios” do campo até as fábricas e posteriormente até os consumidores. O aproveitamento de frutas de época, valorização de dietas regionais hortas urbanas etc. são exemplos de formas contornar o poder dos impérios alimentares.

Será preciso também investir na produção de tecnologias apropriadas, na formação escolar, técnica dos agricultores empobrecidos (porque ficaram a margem) pelo agronegócio. A política agrária que precisamos tem que tratar de novos mercados institucionais, populares, domésticos, criando novos espaços de relações mercantis com base na solidariedade e sustentabilidade. (FERNANDES et. al., 2019, p. 197).

Espaços alternativos de comercialização também constituem formas de aproximar consumidores e agricultores e promovem o enfrentamento ao modelo econômico hegemônico. É preciso valorizar outras formas de relação entre agricultores e consumidores, que superem aquelas que são intermediadas pelos impérios alimentares, como as redes curtas, que possibilitam novas formas de organização social e política, cooperadas e solidárias (SCHNEIDER, 2016). Feiras agroecológicas são exemplos de alternativas no sentido de ofertar alimentos de qualidade com preço justo, mas é preciso construir alternativas, como o uso da Tecnologias da Informação (TI), que podem ser importantes aliadas na aproximação entre produtores e consumidores, valorizando-se relações de confiança e produtos orgânicos.

É preciso, também, investir na educação alimentar, principalmente das crianças, pois os hábitos que sustentam os impérios alimentares foram construídos lentamente, lançando mão de estratégias de *marketing*, como publicidade, para criar consumidores receptivos aos produtos que “matam a fome”, mas pouco alimentam.

A escola tem um papel fundamental nesse processo. A aquisição de merenda escolar da agricultura familiar representa um grande avanço, não pelas oportunidades de mercado criadas para os agricultores, mas, principalmente, pela possibilidade de criação de novos hábitos alimentares desde a infância. Para Fernandes (2019, p. 206),

“[...] no século XXI, as pessoas deverão repensar qual alimento querem comer. Esta atitude poderá mudar completamente o atual sistema alimentar”. Ainda com relação à escola, Machado e Machado Filho defendem que:

É indispensável desenvolver a capacidade de pensar. Isto implica necessariamente na reformulação dos currículos escolares, voltando ao saber eclético, ao estudo das causas dos fenômenos, na inter-relação constante e dialética de que "tudo se relaciona com tudo" e que da contradição dos contrários surge o caminho (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 65).

As transformações nos regimes alimentares acompanham as transformações do capitalismo e dos processos de globalização. Tais transformações do capitalismo sempre vêm acompanhadas de promessas de vida melhor para todas as pessoas, sendo que, na prática, o que tem ocorrido é apenas aumento da desigualdade e concentração de renda. Da mesma forma, as diferentes fases dos regimes alimentares não foram capazes de contribuir com o aumento da Segurança Alimentar e Nutricional (McMICHAEL, 2016).

É necessário fomentar alternativas aos regimes alimentares corporativos nas quais o acúmulo de capital é colocado acima de todos os demais elementos, como o direito a uma alimentação saudável.

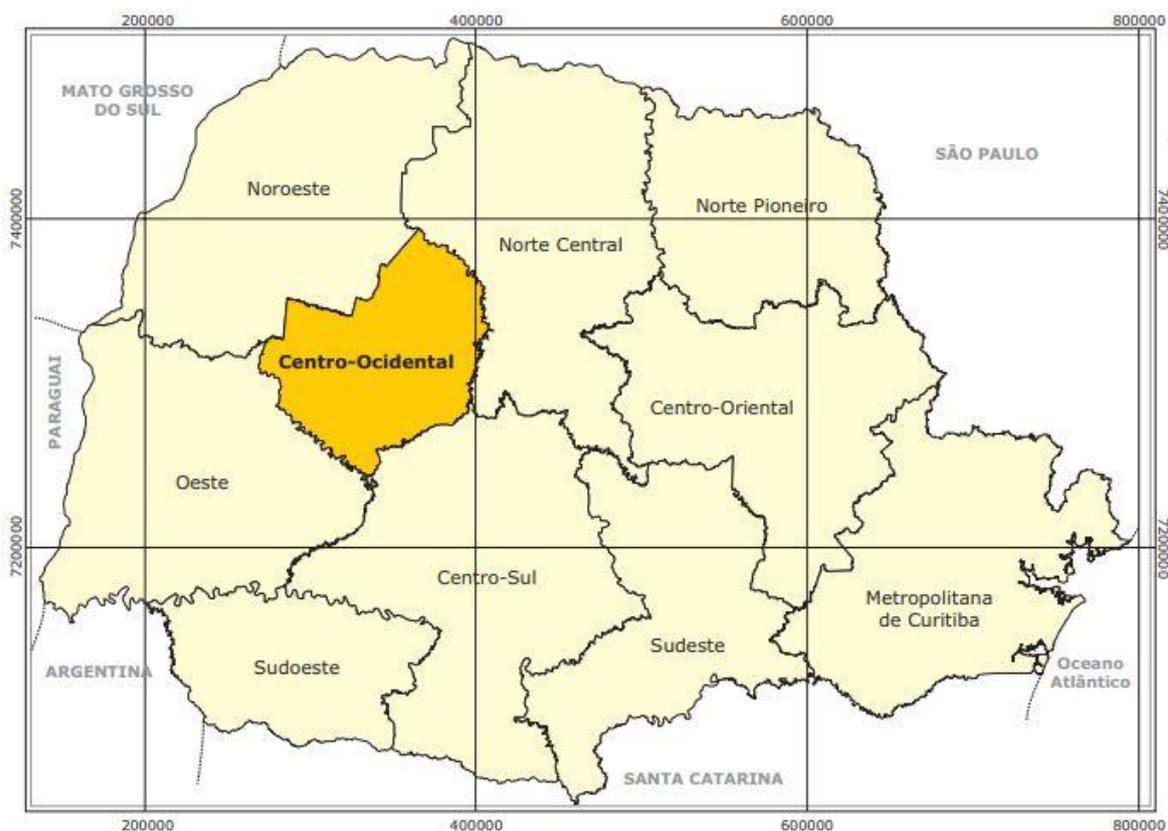
2.4 AS CONSEQUÊNCIAS DA POLÍTICA DE MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA REGIÃO DE GOIOERÊ-PR

Até o início do século XX, a mesorregião centro-ocidental paranaense, onde localiza-se o município de Goioerê-PR, registrava uma ocupação muito esparsa, sendo que, somente a partir da segunda metade desse século, é que se observa um fluxo migratório mais intenso, como parte da expansão cafeeira iniciada no norte do estado (IPARDES, 2004). O Paraná passou por um período de crescimento acelerado das áreas de cultivo de café a partir dos anos 1950, sendo que, no início dos anos 1960, o estado já havia ultrapassado São Paulo como maior produtor mundial desse grão, fato que estimulou a corrida por novas terras, uma vez que a região norte do estado já se encontrava inteiramente tomada pelo café (KOHLHEPP, 2020).

Além da corrente migratória oriunda do norte do Paraná, em sua maioria, procedentes do interior de São Paulo, Minas Gerais e estados no Nordeste, a região

também recebeu um fluxo migratório de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, constituído, principalmente, por descendentes de imigrantes europeus que haviam recebido terras¹⁰ nesses estados, entre o final do século XIX e início do século XX, no contexto do projeto do estado de povoar essa região (IPARDES, 2004).

Mapa 1 - Localização da Mesorregião Centro-Occidental



Fonte: IPARDES, 2004.

Foi nesse contexto que, em 1955, foi criado o município de Goioerê-PR. Um dos atrativos era o preço acessível das terras, uma vez que eram comercializados a partir de doze hectares, permitindo que, mesmo famílias menos capitalizadas, pudessem adquirir um lote. O processo de colonização foi semelhante ao que havia sido realizado no Norte do estado, onde empresas privadas obtinham autorização do

¹⁰ “Nas regiões meridionais do país, a partir dos anos 30 do século passado [XIX], o governo central empreendeu um plano de povoamento com imigrantes europeus. As famílias, geralmente de origem alemã ou italiana, recebiam na primeira fase 75 hectares, reduzindo-se as doações em fase subsequente a 25 hectares, organizados em linhas” (FURTADO, 1978).

governo para explorar grandes áreas de terra, realizando as primeiras benfeitorias e a comercialização dos lotes.

Mapa 2 - Divisão político-administrativa da Mesorregião Centro-Occidental Paranaense.



Fonte: IPARDES, 2004.

Kohlhepp (2020) divide a colonização do interior do Paraná em cinco fases, conforme o Quadro 1, sendo que o processo de colonização da região teve um grande impulso na segunda fase, no contexto do avanço da frente pioneira do café, entre o final dos anos de 1940 início anos 1960.

Quadro 1 - Fases da colonização do Paraná segundo Kohlhepp.

(continua)

Fase	Características
Pioneira: de 1930 até o fim dos anos de 1940.	<ul style="list-style-type: none"> • Início da exploração; • Crise cafeeira do Brasil; • Colonização com base na pequena e média propriedade; • Direcionamento econômico para a policultura;
Avanço da frente pioneira: final dos anos de 1940 início anos 1960.	<ul style="list-style-type: none"> • Fase de expansão e auge do cultivo do café; • Recuperação do mercado internacional de café; • Forte migração interna de população de São Paulo, Minas Gerais e de estados do Nordeste para o Norte do Paraná; • Surgimento de cidades com rápido desenvolvimento;

(conclusão)

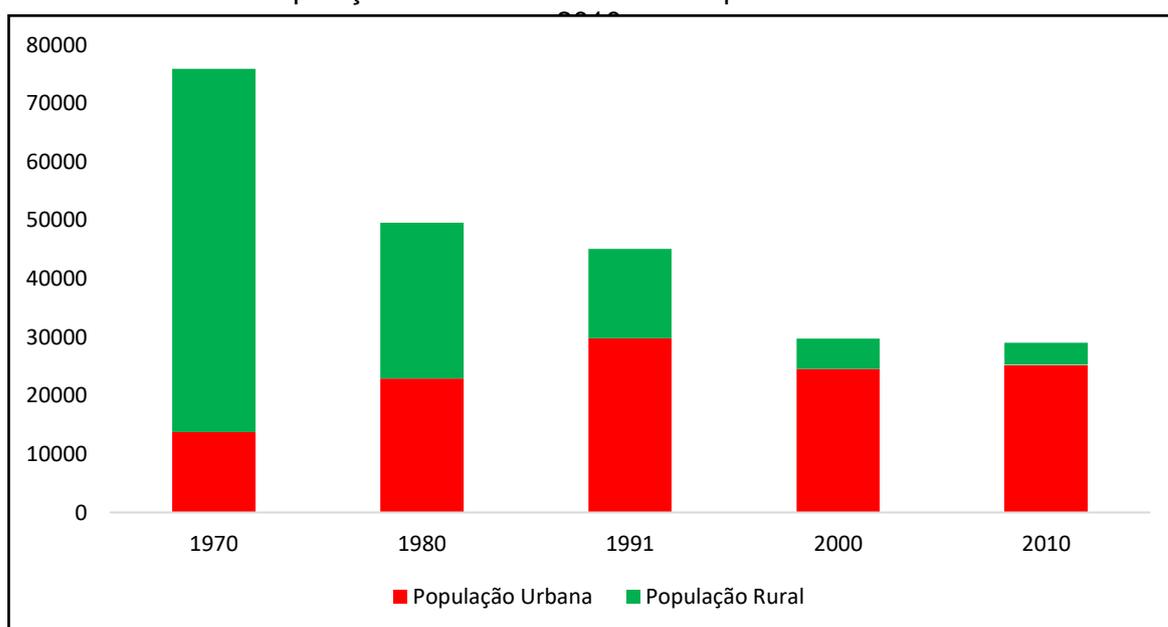
Fase	Características
A fase dirigista no cultivo de café: 1962/1963.	<ul style="list-style-type: none"> • Paraná tornou-se maior produtor de café do Brasil, ultrapassando São Paulo;
Consequências das geadas: de 1962 a 1969.	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos negativos resultantes de quatro geadas de 1962 a 1969; • Ameaça à viabilidade econômica principalmente de pequenos e médios proprietários;
Mudanças da estrutura agrária: décadas de 1970 e de 1980.	<ul style="list-style-type: none"> • Perda quase total da colheita de café de 1970, em virtude da geada de 1969. • Diversificação da produção com mecanização das lavouras e expansão da pecuária extensiva. • Aceleração da migração de partes da população rural.

Fonte: Elaboração do autor com base em Kohlhepp, 2020.

Embora o café tenha sido um propulsor do povoamento da região, a produtividade não era a mesma do Norte do estado, em função das características da terra. Isso fez com que houvesse uma diversificação da produção com o cultivo de culturas como milho, hortelã, algodão etc., além da pecuária.

O processo de ocupação da região está relacionado às políticas governamentais adotadas para a agricultura no Brasil. O cultivo do café, que era feito, em sua maioria, em propriedades pequenas, e que demandava muita mão de obra, não resistiu à pressão pela mecanização, principalmente após sucessivas perdas provocadas por geadas registradas na década de 1970.

Gráfico 1 - População rural e urbana do município de Goioerê-PR: 1970 a 2010



Fonte: Organizado pelo autor com base nos censos do IBGE, 2023.

No final dessa década, a soja já despontava como uma alternativa ao café, mas a região de Goioerê-PR também se mostrou bastante propícia para o cultivo do algodão. O solo arenoso e a disponibilidade de mão de obra, composta por trabalhadores que perderam o trabalho com a erradicação dos cafezais, constituíram condições favoráveis para tal cultura (KOHLHEPP, 2020). Embora o algodão fosse uma cultura cujo manejo demandava bastante mão de obra, principalmente na colheita, que não era mecanizada, não impediu o êxodo rural. A população de Goioerê, que, no auge da produção de café, chegou a concentrar cem mil habitantes, iniciou um processo contínuo de redução a partir da década de 1970, sendo que essa queda foi ainda mais acentuada na população rural do município que, proporcionalmente, passava de 80% em 1970, foi reduzida a um terço em 1991, conforme demonstra o Gráfico 1.

Esses fatos, como já mencionamos anteriormente, não são situações do acaso, mas resultado de uma política estatal que promoveu a modernização do campo sem que houvesse preocupações com o impacto social dessas ações. Como exposto no início deste capítulo, a política de créditos, criada em 1965, privilegiou os médios e grandes produtores e foi fundamental para a rápida mecanização das propriedades rurais. A Tabela 1 mostra a evolução do crédito agrícola no Brasil, nesse período, com valores atualizados segundo o Banco Central:

Tabela 1 - Evolução de recursos de Crédito Rural no Brasil (em valores constantes).

Ano	moeda	Valor corrente	Valor em real R\$	Varição anual
1969	NCr\$	6.489.098.000	20.509.593.233	-
1970	Cr\$	9.297.980.000	24.471.627.130	19,32
1971	Cr\$	12.869.711.000	28.305.633.409	15,67
1972	Cr\$	18.668.785.000	34.995.657.024	23,63
1973	Cr\$	30.333.919.000	49.483.701.395	41,4
1974	Cr\$	48.272.761.000	61.193.704.406	23,66
1975	Cr\$	89.997.117.000	89.222.265.939	45,8
1976	Cr\$	130.226.160.000	91.407.992.309	2,45
1977	Cr\$	165.858.671.000	81.606.855.998	-10,72
1978	Cr\$	233.942.454.000	82.972.444.673	1,67
1979	Cr\$	448.730.894.000	103.398.703.540	24,62
1980	Cr\$	859.193.128.000	98.883.703.540	-4,37
1981	Cr\$	1.564.090.171.000	85.768.288.700	-13,26
1982	Cr\$	2.960.272.886.000	83.055.470.548	-3,16
1983	Cr\$	5.687.785.916.000	62.696.028.504	-24,51

Ano	moeda	Valor corrente	Valor em real R\$	Varição anual
1984	Cr\$	11.138.665.520.000	38.295.312.903	-38,92
(conclusão)				
1985	Cr\$	51.705.203.320.010	54.609.552.670	42,6
1986	CZ\$	186.780.085.648	81.432.459.759	49,12
1987	CZ\$	478.278.934.444	64.193.372.304	-21,17
1988	CZ\$	2.648.106.745.503	45.298.227.681	-29,43
1989	NCz\$	34.335.066.599	41.365.142.861	-8,68
1990	Cr\$	557.089.210.701	23.631.938.116	-42,87
1991	Cr\$	2.958.342.825.718	24.381.454.961	3,17
1992	Cr\$	35.799.339.489.152	27.033.730.009	10,88
1993	CR\$	677.434.965.235	23.213.996.925	-14,13
1994	R\$	8.921.742.735	37.809.348.881	62,87
1995	R\$	6.481.597.114	17.205.837.636	-54,49
1996	R\$	6.293.201.099	15.037.948.687	-12,6
1997	R\$	9.939.522.275	21.787.873.298	44,89
1998	R\$	11.133.827.728	23.729.879.384	8,91
1999	R\$	11.786.166.115	22.562.375.072	-4,92
2000	R\$	13.779.503.344	23.187.602.466	2,77
2001	R\$	17.942.118.196	27.356.477.030	17,98
2002	R\$	22.443.322.771	30.147.139.721	10,2
2003	R\$	31.102.681.808	34.025.792.975	12,87
2004	R\$	40.446.483.895	40.446.483.895	18,87
2005	R\$	41.975.598.412	41.975.598.412	-0,98

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009.

Apenas em 1996 foi criada uma política pública de crédito específica para os pequenos produtores, o Pronaf. A agricultura familiar, até então, era preterida nos empréstimos, visto que o sistema bancário considera mais vantajoso operar contratos com grandes produtores, pois isso reduz os custos das operações bancárias, uma vez que reduz a quantidade de contratos, além da possibilidade de fidelizar clientes com alto poder aquisitivo, que podem adquirir outros produtos oferecidos pelos bancos.

Isso contribuiu para acelerar o processo de mecanização rural, como é possível observar na Tabela 2, na página seguinte, que mostra a série histórica do número de tratores no estado do Paraná, mas contribuiu, também, para acentuar a desigualdade no campo, pois não houve uma política pública para amparar os excluídos do processo de modernização (PEREIRA; NASCIMENTO, 2014).

7

Tabela 2 - Tratores em estabelecimentos agropecuários no Paraná

Ano	Tratores
1970	18.619
1975	52.498
1980	81.727
1985	101.346
1995	121.827
2006	113.718

Fonte: IBGE - organizado pelo autor, 2023.

Observando o aumento do número de tratores, é possível inferir que houve um aumento correspondente, também, no quantitativo de hectares mecanizados e, conseqüentemente, redução do número de pessoas trabalhando no campo. Em Goioerê-PR, houve uma redução significativa da produção de café e, concomitantemente, houve aumento na produção de algodão, além de um aumento expressivo no cultivo da soja, lavoura cujo manejo já era bastante mecanizado¹¹. Isso, conseqüentemente, acarretou uma mudança no cenário do município que teve sua população reduzida substancialmente, principalmente a população rural, sendo que, atualmente, a taxa de urbanização do município é de 86.99%, segundo o IPARDES.

Com o declínio da cafeicultura em Goioerê-PR, parte dos trabalhadores rurais passam a depender do cultivo do algodão, pois o manejo dessa cultura era, parcialmente, mecanizado. A coticultura viabilizava, também, as pequenas propriedades, já que podia aproveitar o trabalho de todos os membros da família.

No entanto, durante o governo Sarney, houve a promulgação da resolução nº 155 de 1988, pelo Conselho Nacional de Comércio Exterior (CONCEX), passando a alíquota de importação de 55% para 10%, o que expôs o algodão nacional à concorrência direta com produtos importados subsidiados em seus países de origem, e provocou uma crise no setor. Essa crise foi agravada durante o Governo Collor, que diminuiu a alíquota de importação de fios e tecidos e zerou a alíquota de importação de algodão (COELHO, 2002).

¹¹ A produção de soja no município de Goioerê-PR passou de 4.618 toneladas em 1970 para 26.352 em 1980. Já a área cultiva de café, que em 1960 ocupava uma área de 6.641 hectares, foi reduzida para 3.234 hectares em 1970 e 2.969 em 1980. Fonte: IBGE.

O estímulo à produção nacional de algodão só foi retomado no final da década de 1990 na Região Centro-Oeste, inicialmente no estado de Mato Grosso:

Apoiado por um programa do governo estadual e estimulado pelo aumento da demanda pela fibra nacional, este estado apresentou crescimento espantoso no final da década de noventa. A produção passa de 20,4 mil toneladas de algodão em pluma em 1989/90 para 34,8 mil toneladas em 1997/98. A partir daí, a produção dispara para 226 mil toneladas em 1998/99 e 311 mil toneladas em 1999/00, representando quase a metade da produção nacional (COELHO, 2002, p. 27).

Além de Mato Grosso, outros estados da Região Centro-Oeste passaram a se destacar, também, na produção de algodão, mas essa retomada da cotonicultura deu-se com manejo totalmente mecanizado, com utilização de pouquíssima mão de obra.

Atualmente, as empresas de fiação de Goioerê-PR que demandam algodão precisam adquirir matéria-prima de outros estados, uma vez que o município não registra área plantada dessa fibra (IPARDES, 2023).

3 METODOLOGIA

A metodologia desempenha um papel crucial no trabalho científico, pois é por meio dela que o pesquisador define o caminho a ser percorrido para alcançar os objetivos propostos. Além disso, a busca pelo conhecimento científico requer a identificação, seleção e escolha cuidadosa dos caminhos a serem seguidos para atingir esses objetivos.

De acordo com Slomski *et al.* (2013, p. 4):

O método científico surge da necessidade de se encontrar respostas para os problemas sociais por caminhos que possam ser comprovados, ou seja, como uma forma de organizar o pensamento para se chegar ao meio mais adequado para conhecer e controlar a natureza/realidade.

Nessa perspectiva, Barros e Lehfeld (2007) asseveram que a metodologia é um conjunto de estratégias para facilitar os processos de investigação inerentes ao percurso de busca pelo conhecimento.

Segundo Prodanov e Freitas (2013), considerando que o método é uma estratégia ou um processo para atingir uma meta específica, e que o objetivo da ciência é a busca pelo conhecimento, podemos afirmar que o método científico consiste em uma série de etapas ou técnicas empregadas para alcançar esse conhecimento desejado. Segundo Minayo:

Diferentemente da arte e da poesia que se concebem na inspiração, a pesquisa é um labor artesanal, que se não prescinde da criatividade, se realiza fundamentalmente por uma linguagem fundada em conceitos, proposições, métodos e técnicas, linguagem esta que se constrói com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos ciclo da pesquisa, ou seja, um processo de trabalho em espiral que começa com um problema ou uma pergunta e termina com um produto provisório capaz de dar origem a novas interrogações (MINAYO, 2002, p. 25).

Na presente pesquisa, além do desafio de pesquisar fenômenos sociais que, por sua especificidade, já se constituem como algo relativamente complexo, houve, ainda, os imprevistos ocasionados pelas mudanças sociais ocorridas, principalmente durante a fase de coleta de dados. Diante desse fato, foi necessário repensar algumas etapas para que os objetivos da tese continuassem no horizonte do trabalho.

Com esta pesquisa, buscamos analisar fenômenos relativos à realidade rural no contexto da conjuntura na qual a agricultura está inserida. Em vista disso, a

pesquisa qualitativa foi a opção para este estudo, pois procuramos analisar os fenômenos sociais em sua complexidade.

A pesquisa qualitativa é voltada para responder questões específicas que envolvem aspectos subjetivos da realidade, ou seja, que não podem ser mensurados quantitativamente. Nas ciências sociais, seu foco está nos significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes que compõem as relações, processos e fenômenos complexos, que não podem ser simplificados pela operacionalização de variáveis (MINAYO, 2002).

Nesse sentido, com esta pesquisa buscou-se compreender os fenômenos relativos ao papel da agricultura familiar frente aos desafios para a produção de alimentos no contexto do século XXI. Segundo Haguette, a pesquisa qualitativa:

[...] fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais, seja a incapacidade de estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos (HAGUETTE, 2001, p. 63).

Desta forma, procuramos investigar as potencialidades de uma política local de desenvolvimento rural no município de Goioerê-PR, através de um estudo de natureza exploratória. De acordo com Gil (2002), os estudos exploratórios visam, prioritariamente, a descoberta de intuições e o aperfeiçoamento de ideias, sendo que, na maioria dos casos, esse tipo de pesquisa envolve, além de levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que vivenciaram, na prática, o problema pesquisado.

Com esta investigação, abordamos os fenômenos, analisando a realidade na qual estão inseridos, levando em conta as múltiplas variáveis que os influenciam, caracterizando-se como um estudo de caso. Concordamos com Yin, quando o autor afirma que o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 32). Ainda de acordo com o autor, o estudo de caso é um método que permite lidar com uma ampla variedade de evidências, incluindo documentos, entrevistas, observações, entre outras. Apresenta-se, portanto, como uma técnica flexível que permite que o pesquisador adapte sua abordagem de acordo com as necessidades específicas do projeto. Esse método permite, ainda, que o pesquisador use várias técnicas analíticas

para analisar os dados (YIN, 2005).

Nesse contexto, para a realização desta pesquisa, foram analisadas entrevistas feitas com agricultores familiar nas propriedades rurais nos anos de 2019 e 2020, além da análise de dados secundários sobre a agricultura e as características sociais, culturais e históricas do município de Goioerê-PR e região.

Como instrumento de coleta de dados, utilizamos, prioritariamente, a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Com relação às entrevistas, foram realizadas 69 entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares nas propriedades rurais do município de Goioerê-PR, em quatro comunidades rurais. A coleta de dados foi realizada pelos servidores do IFPR e teve o apoio da Secretaria Municipal de Agricultura de Goioerê, que disponibilizou os serviços de um técnico extensionista, que acompanhou e apresentou à maioria das famílias com as quais as entrevistas foram realizadas, além da ACIG, que proporcionou apoio logístico para o trabalho de campo.

As entrevistas foram realizadas pelo IFPR para a elaboração do diagnóstico das comunidades rurais a fim de subsidiar a ACIG no projeto CAFE. No entanto, a sequência de tal ação foi comprometida pelas medidas restritivas estabelecidas pelo poder público para conter o avanço da pandemia de COVID-19. Dessa forma, para o cumprimento dos objetivos desta tese, utilizamos os dados das entrevistas realizadas pelo IFPR. Participamos, também, das reuniões nas comunidades organizadas pela ACIG para apresentar o projeto CAFE¹².

Para melhor compreender os dados coletados no trabalho de campo, as informações obtidas foram a partir das entrevistas essas foram tabuladas com auxílio do Programa Microsoft Excel® e Microsoft Word®, através dos quais foram criados gráficos e tabelas. Também foi utilizado o site "wordclouds.com" para geração de

¹² O autor desta tese é servidor do IFPR e, desde o final outubro de 2019, trabalha no *campus* avançado de Goioerê, tendo, nesta data, passado, também, a morar em Goioerê-PR. Nesse contexto, ainda cursando o primeiro ano no doutorado, houve a possibilidade de mudar o tema de pesquisa, aproveitando a parceria entre a ACIG e IFPR, de modo a participar do projeto CAFE, dando sequência à coleta e tratamento de dados a serem repassados para a ACIG e, ao mesmo tempo, desenvolver a pesquisa da tese que, naquele momento. Configurava-se como uma pesquisa-ação participante. Desta forma, entre o final de 2019 e início de 2020 o autor desta tese participou das atividades do CAFE acompanhando o colega, também servidor do IFPR, nas entrevistas e participando das reuniões que a diretoria da ACIG fez nas comunidades, com o objetivo de assumir o trabalho de realização das entrevistas. No entanto, com o início das medidas de isolamento social por conta da pandemia de COVID-19 as atividades planejadas para a pesquisa-ação foram prejudicadas de modo que houve a necessidade de mudar o escopo da pesquisa. Os até então coletados, mas que não haviam recebido nenhum tratamento, foram tabulados para subsidiar as reflexões realizadas nesta tese.

nuvem de palavras com base na frequência de termos das entrevistas¹³.

Quanto à pesquisa documental, reunimos e analisamos dados secundários do IBGE e IPARDES. Procuramos, também, *websites* com matérias, reportagens e notícias sobre fatos que consideramos relevantes para o escopo deste trabalho. Cabe destacar que os conteúdos disponibilizados no *site* da Casa da Memória apontaram importantes pistas para que pudéssemos organizar a busca por mais informações.

A análise de dados é uma etapa crucial em qualquer pesquisa, pois envolve a identificação, organização e interpretação dos dados coletados. Considerando a natureza subjetiva e complexa dos dados qualitativos, estes requerem uma abordagem cuidadosa e sistemática para a análise. Segundo Gomes (2002), a análise de dados em pesquisas qualitativas deve ser conduzida de forma reflexiva e iterativa, permitindo que o pesquisador revise e apure sua compreensão do fenômeno estudado.

Na presente pesquisa, um dos desafios foi o de analisar um projeto, ainda em estágio ainda embrionário, e cuja continuidade estava incerta. Tínhamos os dados das entrevistas realizadas com os agricultores, no entanto os objetivos da tese se referem a análise do projeto CAFE e sua proposta em atuar para promover o desenvolvimento rural no município de Goioerê-PR. Diante disso, optamos por usar a análise *ex ante* como ferramenta para explorar as potencialidades do projeto CAFE.

Ex ante é uma expressão latina que significa anterior, preliminar ou anterior. A análise *ex ante* é uma ferramenta usada para avaliar uma ação ou política pública antes que ela seja implementada. Geralmente, são realizadas como parte do processo de tomada de decisão e, com base em dados disponíveis, projetam diferentes cenários, permitindo identificar possíveis riscos associados a cada um deles. As análises *ex ante* são, frequentemente, usadas em políticas públicas para subsidiar a tomada de decisões e a alocação eficiente de recursos, mas são ferramenta útil, também, para aferir as potencialidades de projetos sociais. Para Lassance, a análise *ex ante* é “aquilo que analogicamente corresponde, em uma casa, ao projeto de arquitetura e de engenharia, e na aviação, ao design e à engenharia aeronáutica” (LASSANCE, 2022, p. 6).

¹³ Nuvens de palavras são elementos visuais que representam a frequência de palavras em um texto criadas através de recursos computacionais disponibilizados em sites ou em programas de computador específicos.

Lassance (2022) pontua, ainda, que a análise *ex ante* é o momento esmiuçar os projetos, a fim de averiguar se ele está partindo de premissas coerentes. Segundo o autor, a análise *ex ante* deve:

mapear causas e consequências, identificar o problema central, escolher o objetivo geral da intervenção, formular uma teoria capaz de explicar o problema e justificar a intervenção, estruturar os programas para dar conta das causas principais a serem atacadas, organizar a governança, estabelecer as expectativas de resultado para o devido monitoramento e avaliação *ex post* de indicadores e metas e prever os recursos orçamentários ou as parcerias para garantir todos os insumos (LASSANCE, 2022, p. 11).

Ainda que sejam relevantes para a fundamentação de programas em andamento, a análises *ex ante* é crucial para o delineamento de novos programas (MENEZES-FILHO; PINTO, 2017). O livro *Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise ex ante* (BRASIL, 2018) recomenda que a avaliação *ex ante* comece com um diagnóstico do problema no qual se quer intervir, em que devem ser identificados os problemas, bem como suas causas e as razões para que haja a intervenção junto ao mesmo.

Para Santos (2012), as etapas de um diagnóstico incluem: a identificação do problema; o estudo da evolução do problema; o estudo da causalidade, e a determinação das necessidades. No mesmo sentido, Armani (2009), estabelece como fases do diagnóstico: a identificação dos problemas; a organização enquanto causa e efeito; identificação do problema central e definição das linhas de ação.

Nesse sentido, para facilitar o diagnóstico dos principais desafios do projeto CAFE, utilizamos como ferramenta a Árvore de Problemas. A técnica da Árvore de Problemas é uma metodologia que consiste na identificação de um problema central, seguido de uma busca pela distinção de fatores que possam ser considerados causas e fatores que possam ser considerados consequências do problema identificado. Essa técnica é muito utilizada em diversas áreas do conhecimento para a análise sistemática de problemas complexos e a elaboração de soluções eficazes para eles (SOUZA, 2010). Segundo Campos *et al.*, na elaboração da Árvore de Problemas:

Parte-se do problema central, elencando-se abaixo deste as causas diretas, abaixo destas as suas causas principais, e assim sucessivamente. Pode-se ramificar a Árvore até o nível que se desejar, no entanto, é interessante limitar-se às causas essenciais e passíveis de mudança (CAMPOS *et al.*, 2002 p. 27).

Ainda de acordo com os autores, a elaboração da Árvore de Problemas requer a seleção cuidadosa do problema central, representado pelo tronco da árvore, que servirá de ponto de partida para a análise e sistematização da situação. É imprescindível que o problema escolhido seja o cerne da questão em análise. A partir da definição do problema central, deve-se, então, proceder à identificação e análise das suas causas essenciais, que seriam as raízes, visando a compreensão profunda da problemática em análise e o desenvolvimento de soluções efetivas para ela (CAMPOS *et al.*, 2002).

Após a identificação do problema central bem como suas causas, o próximo passo é analisar as consequências decorrentes deste contexto, que no diagrama da Árvore de Problemas é representado pelos galhos. Com a representação do esquema completo, composto pelas raízes, tronco e galhos, é possível ter um panorama da situação na qual a realidade analisada se encontra e assim traçar as estratégias de intervenção.

Após a representação gráfica do problema central, bem como suas causas e consequências, definimos o conjunto de viabilidades que são essenciais para êxito de projetos (STEPHANOU *et al.*, 2003). De acordo com os autores, um projeto social deve considerar a viabilidade financeira, tecnológica, política, social, cultural e ambiental. Após elencados esses elementos foi realizada uma avaliação deles por meio da Matriz GUT.

A Matriz GUT, segundo Bastos (2014), foi criada na década de 1960 por Kepner e Tregoe para orientar a tomada de decisões em organizações a partir da elaboração de uma tabela que mostra quais ações devem ser priorizadas com base em sua gravidade, urgência e tendência (GUT). A técnica foi concebida, inicialmente, para a utilização em ambientes empresariais, mas passou a ser utilizada, também, para subsidiar decisões em vários tipos de organização e até para decisões relacionadas à vida pessoal.

Antes de criar uma Matriz GUT, é preciso elaborar uma relação de todos os problemas e aspectos associados às atividades que serão objeto de análise. A Matriz GUT é composta por cinco colunas, sendo que, na primeira, são listados os problemas que se pretende analisar. Na segunda, terceira e quarta coluna, no cabeçalho, são listados a gravidade, urgência e tendência, respectivamente. Nas células abaixo desses itens, são atribuídas pontuações de 1 a 5 referentes à avaliação que é feita de cada problema. As células com pontuação são multiplicadas e os resultados são

expressos na quinta coluna. Na sexta coluna, é expresso um *ranking* de prioridade, em que é atribuído valor 1 para o problema cujo produto da multiplicação expressar maior valor numérico, significando que tal problema tem a maior prioridade e deve receber maior atenção, 2 para o problema cujo produto da multiplicação representar o segundo maior valor numérico, e assim por diante. A Tabela 3 mostra os critérios para atribuição das pontuações.

Tabela 3 - Pontuação da Matriz GUT

Pontos	Quanto à Gravidade caso nada seja feito	Quanto à Urgência para tomada de decisão	Quanto à Tendência de piora caso nada for feito
5	Os prejuízos serão extremamente graves	Necessidade de ação imediata	Agravamento imediato
4	Os prejuízos serão muito graves	Necessidade de ação com alguma urgência	Agravamento em curto prazo
3	Os prejuízos serão graves	Ação deve ser realizada o mais cedo possível	Agravamento em médio prazo
2	Os prejuízos serão pouco graves	Ação pode esperar um pouco	Agravamento em longo prazo
1	Não haverá gravidade	Quando não há pressa	Não irá se agravar

Fonte: Organização própria com base em Bastos, 2014.

Com base na pontuação corresponde à situação de cada item, conforme demonstrado na Tabela 3, é montada a Matriz GUT, na qual são atribuídos os pontos para cada problema identificado e estabelecida a prioridade. A Tabela 4 mostra um exemplo de Matriz GUT:

Tabela 4 - Exemplo de Matriz GUT

Problema	Gravidade	Urgência	Tendência	Total	Prioridade

Fonte: Organização própria.

A utilização da matriz GUT permite uma avaliação mais objetiva e sistemática dos problemas, ajudando a identificar os problemas mais críticos e alocar recursos e esforços de maneira mais eficiente. No entanto, é importante lembrar que a matriz GUT é apenas uma ferramenta e não substitui o julgamento humano e a experiência em tomada de decisão (ALVES *et al.*, 2017).

4 O PROJETO CAFE COMO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM GOIOERÊ-PR

Em Goioerê-PR, é possível observar que as portas que foram se fechando para a agricultura familiar resultaram no atual quadro, com uma população rural cada vez mais reduzida e em processo de envelhecimento e masculinização. Considerando que a agricultura familiar é a responsável pela produção da maior parte dos alimentos que a população brasileira consome, é mister refletir sobre as condições de existência desse seguimento tão importante para o país. Nesse sentido, faz-se relevante analisar todas as alternativas que se apresentam para contribuir com a pequena produção. Em Goioerê-PR, o projeto Campo Forte e Empreendedor (CAFE) apresenta-se como uma dessas alternativas

4.1 O PROJETO CAFE DA ACIG DE GOIOERÊ-PR

O projeto CAFE foi concebido pela associação comercial e empresarial de Goioerê (ACIG), entidade que foi criada no dia 20 de março de 1969, e tem histórico de desenvolver ações voltadas para a classe empresarial local, oferecendo ou intermediando ações como palestras; serviços relacionados à crédito; certificação digital, entre outros. A Gestão 2018/2020 idealizou o projeto Campo Forte e Empreendedor, que iniciou as atividades em 2019, para promover uma ação da ACIG também no meio rural.

Nas menções ao projeto que foram feitas nas publicações da ACIG, é possível perceber que a iniciativa foi bastante fomentada pela figura do então presidente da entidade. A princípio, parece haver um certo desvio de foco no fato de uma associação comercial protagonizar um projeto voltado para a agricultura, mas tal empreendimento foi justificado com o argumento de que o fortalecimento da agricultura acaba fortalecendo, também, o comércio do município.

O projeto foi apresentado, pela primeira vez, para as mulheres da comunidade rural Flor do Oeste, por representantes da ACIG, acompanhadas da então secretária de agricultura, além de uma servidora da Emater. No encontro, foi argumentado a respeito da necessidade de fortalecimento das atividades da agricultura familiar, inclusive com o fomento à agroindústria. O encontro ocorreu em agosto de 2019 e, na ocasião, foi servido um café colonial, e as mulheres presentes puderam expor suas

principais demandas, como as dificuldades de logística para comercializar seus produtos na cidade.

Figura 1 - Apresentação do projeto Campo Forte e Empreendedor para as mulheres da comunidade Flor do Oeste.



Fonte: Jornal Tribuna da Região, 2019.

Conforme a proposta do projeto, a representante da ACIG informou que, inicialmente, seriam feitas visitas às propriedades para a realização de um diagnóstico das potencialidades produtivas para embasar as futuras ações do projeto, como a oferta de cursos ou assistência técnica, por exemplo. Segundo ela, o presidente da associação comercial "tem um interesse grande em conhecer e melhorar as pequenas propriedades para que se possa fomentar o seu desenvolvimento. Na sua visão, desenvolver a área rural, fortalece o comércio¹⁴".

¹⁴ Disponível em: <https://tribunadaregiao.com.br/noticias/artigo/acig-agricultura-e-emater-apresentaram-projeto-cafe-na-flor-do-oeste>. Acesso em 14/02/2023.

Nos meses seguintes, foram iniciadas as visitas às famílias para realização das entrevistas, a fim de elaborar o diagnóstico da realidade das comunidades. As entrevistas foram feitas por um servidor do IFPR com apoio logístico da ACIG, que disponibilizou automóvel para tal ação. Foram realizadas 69 entrevistas em quatro comunidades entre os meses de setembro de 2019 e agosto de 2020.

Figura 2 - Servidor do IFPR realizando entrevista na Comunidade Flor do Oeste.



Fonte: Site Associação Comercial e Industrial de Goioerê – ACIG, 2020.

Em fevereiro de 2020, foi realizado mais um encontro em uma das comunidades rurais, desta vez com participação do presidente da ACIG, além do secretário de agricultura e dos representantes da Emater e IFPR. Nesse evento, que tivemos a oportunidade de participar, o próprio presidente da ACIG reiterou as propostas do projeto em desenvolver as potencialidades das propriedades, culminando, assim, em maior geração de renda. Destacou, também, o êxodo rural como um problema do campo, salientando, em sua fala, que, se nada for feito, esse problema pode acabar prejudicando até os grandes proprietários, que podem enfrentar escassez de mão de obra no futuro, uma vez que os funcionários dessas propriedades seriam oriundos das pequenas propriedades. Terminou a fala solicitando

aos presentes que recebessem os pesquisadores, pois a coleta de dados constituiria um momento importante para o êxito do projeto e frisando que, após a pesquisa, haveria um novo encontro para debater as próximas etapas do projeto à luz das informações levantadas.

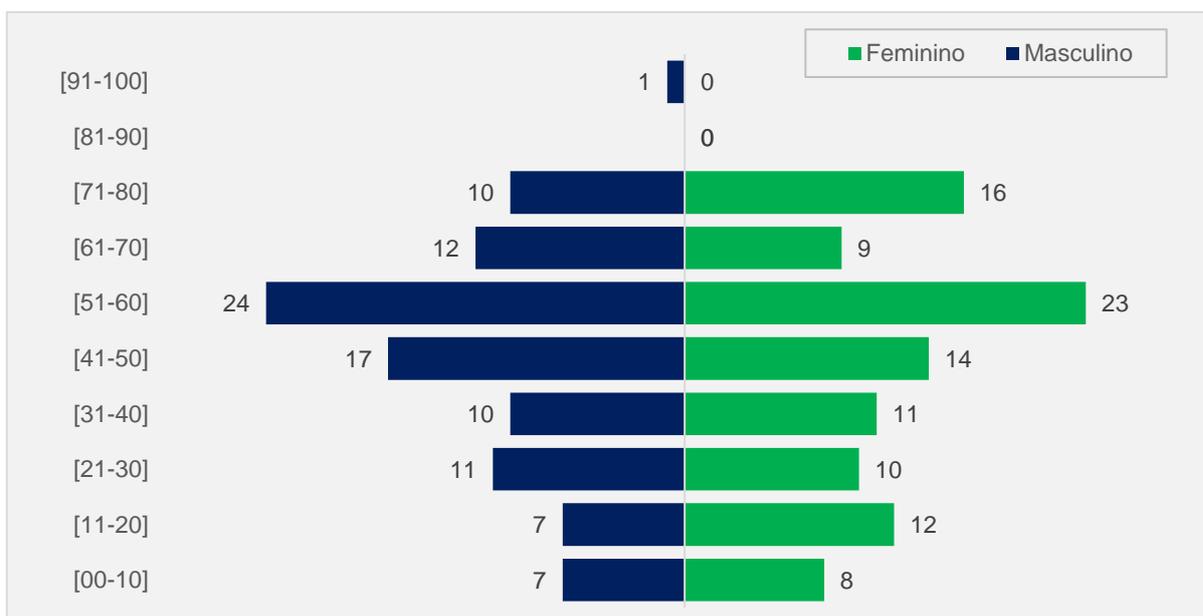
As etapas seguintes, no entanto, foram interrompidas pelo início da pandemia, uma vez que uma das dinâmicas do projeto consistiam em ações coletivas, como a realizada em fevereiro de 2020, fato que se tornou impossível devido às restrições de circulação impostas pela emergência sanitária. Contudo, ainda foi possível a realização de entrevistas em mais duas comunidades, mas sem o encontro coletivo que apresentava, previamente, o projeto para os moradores. Na ausência desse encontro inicial de apresentação, foi fundamental para a realização das entrevistas o acompanhamento de um servidor da prefeitura, que tem uma longa experiência como técnico extensionista no município.

As interrupções causadas pelas incertezas da pandemia acabaram inviabilizando a finalização da pesquisa de campo dentro do previsto. Todavia, os dados das entrevistas realizadas pelo IFPR foram utilizados para os objetivos desta tese. Dessa forma, os dados que utilizamos foram coletados pelo IFPR, mas não foram tabulados, ordenados e nem analisados, constituído, portanto, dados em estado bruto.

4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ENTREVISTADOS

Os dados coletados demonstram uma população em processo de envelhecimento e masculinização, reverberando uma tendência que ocorre não apenas no Brasil, mas em muitos países do mundo (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999). A ausência de políticas públicas para a sucessão rural parece não ser uma negligência, mas um projeto de agricultura excludente, pois cada propriedade onde não há continuidade das atividades pelos filhos acaba sendo incorporada por outras maiores, onde o *modus operandi* do agronegócio encontra êxito (LOURENÇO *et al.*, 2022).

No Gráfico 2, é possível perceber que, no universo das 200 pessoas das 69 famílias entrevistadas, 95 pessoas (47,5%) têm 51 anos ou mais. O número médio de pessoas vivendo em cada propriedade é de 2.8 membros.

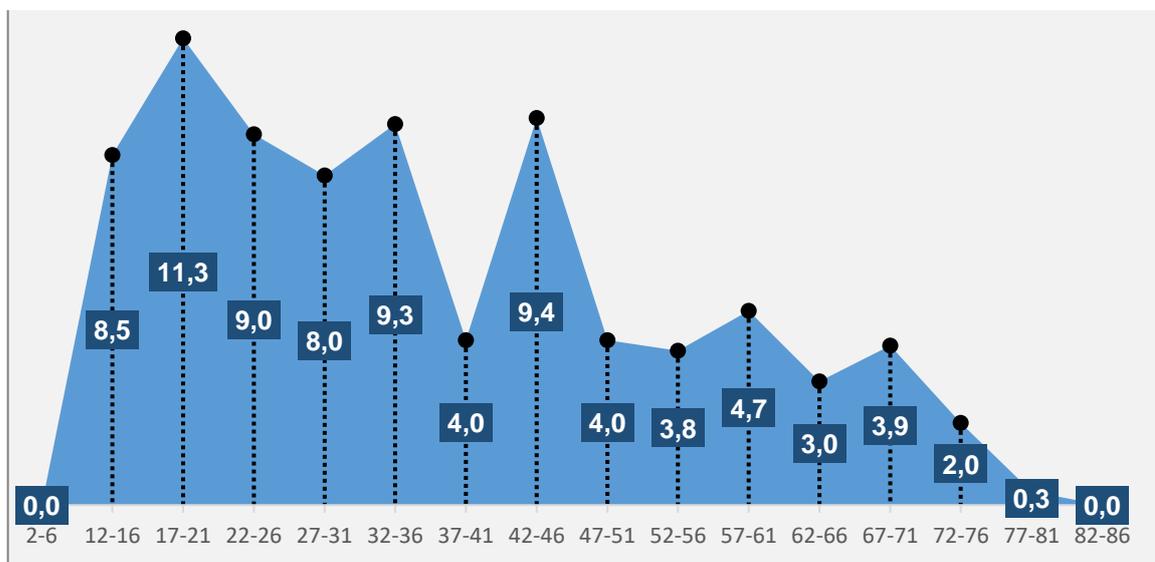
Gráfico 2 - Pirâmide etária dos entrevistados.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo, 2022.

Dada a conjuntura da agricultura, que vem sendo desenhada desde os projetos de modernização do país e intensificada a partir da revolução verde, o êxodo rural figura como uma das consequências desse movimento. Todavia, de acordo com Camarano e Abramovay (1999), esse processo atinge, principalmente, a juventude, sobretudo as mulheres, o que demonstra a urgência de ações que possibilitem que a permanência no campo seja uma alternativa viável para esse público.

Entre os sexagenários, a maioria informou que seus filhos e filhas moram e trabalham na cidade. Essa perda de contato com o campo dificulta o interesse em assumir o trabalho na propriedade da família no futuro, uma vez que já estão estabelecidos em empregos urbanos. Há, portanto, uma grande possibilidade de que essas propriedades sejam incorporadas por outras maiores, mais compatíveis, portanto, com o modelo do agronegócio.

Quanto à escolaridade, fator bastante importante para que os sujeitos conquistem autonomia, observa-se, também, os efeitos de um projeto de nação que incluí marginalmente os moradores do campo.

Gráfico 3 - Escolaridade média por faixa etária.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo, 2022.

No Gráfico 3, é possível observar que muitos entrevistados possuem ensino médio e até superior, mas é possível notar, também, que os anos médios de escolaridade diminuem, gradativamente, na medida em que aumenta a média de idade, o que mostra que o acesso à escola é algo mais recente. Houve muitas falas, no entanto, afirmando que esse esforço para que os filhos acessem a escola é para que tenham melhores condições de empregabilidade, ou seja, já preveem uma possível migração para a cidade. A legislação brasileira, que prevê a educação como obrigatória para crianças e adolescentes e programas como transporte escolar (o município de Goioerê-PR não possui escola rural), também ajuda a melhorar gradativa da média geral de anos de escolaridade.

Entretanto, tal legislação é algo relativamente recente no país e esses dados reverberam, claramente, o fato de que, historicamente, a oferta de educação não foi uma opção do Estado para o meio rural no Brasil, fazendo com que o acesso a condições de reflexão sobre a própria realidade fosse dificultado. De acordo com Ahlert (2003, p. 163), a educação “pode contribuir para a criação e difusão de uma concepção de sociedade contra-hegemônica em relação ao sistema excludente”. Essa concepção, no entanto, implica o conhecimento dessa realidade para que a mesma seja superada (FREIRE, 2019). Nessa direção, Ahlert (2003, p. 166) assevera que:

Educação é a forma que os diferentes povos encontram para significar o seu mundo, entendê-lo e adaptar-se a ele ou então transformá-lo. Através de um processo de interação entre educadores e educandos reproduz-se o modo de ser e a concepção de mundo que esses povos foram construindo ao longo de sua história. Nesse processo acontece a construção de novos conhecimentos, técnicas e formas de para a reprodução da vida.

Portanto, ao limitar o acesso à educação, como tem sido feito, sistematicamente, no Brasil, sendo por ausência de escolas ou pela reduzida qualidade em que esta é oferecida às camadas mais pobres da população, promove-se a manutenção das estruturas de poder. Desprovido ou limitado do acesso à educação, o pequeno produtor tem maior dificuldade acessar informações sobre novas tecnologias ou cultivos que proporcionem maior rentabilidade, por exemplo. A Tabela 5 mostra as principais atividades econômicas das propriedades.

Tabela 5 - Principal atividade econômica na propriedade

Principal atividade econômica	Propriedades
Leite e gado de corte	15
Arrendamento e aposentadoria	18
Gado de corte	6
Prestação de serviços	12
Soja / Milho/Mandioca	12
Hortaliças	6

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo, 2022.

Nota-se, na tabela, que é recorrente a opção por atividades econômicas bastante tradicionais na região, como o gado de corte e leite e a produção de grãos. Seis famílias têm como principal fonte de renda o trabalho de um dos integrantes, que trabalha na cidade. Dezoito famílias vivem de aposentadorias e arrendam ou alugam a maior parte das terras, desenvolvendo somente atividades voltadas para complementar a subsistência, como a criação de porcos e galinhas.

Não é apenas falta de disposição ou conhecimento que impedem o desenvolvimento de novas atividades. Considerando a limitação da renda em pequenas unidades de produção, nota-se que é compreensível que haja um temor em investir em atividades que apresentam algum nível de risco, pois o não-sucesso em tais empreendimentos pode comprometer, seriamente, a renda das famílias.

Cabe ressaltar que a maioria dos entrevistados demonstrou interesse em

desenvolver novas atividades. Houve relatos do desejo de variar ou mudar a produção para trabalhar com o cultivo de frutas e hortaliças, galinhas caipiras, piscicultura e até turismo rural. Há, portanto, a disposição para o empreendimento em atividades variadas e possivelmente mais rentáveis, desde que haja segurança para tal.

Destacamos o fato de que um dos entrevistados relatou o desejo de cultivar algodão e outro café. Esses relatos nos soaram mais como uma utopia do que como um projeto, pois reconhecem as dificuldades em retornar com esse tipo de produção, o que mostra como o cultivo dessas culturas ainda está arraigado na cultura da comunidade. Em vários quintais, é possível notar a presença de pés de café cultivados para o autoconsumo.

Figura 3 - Pés de café mantido para autoconsumo e gado de leite como atividade econômica.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A presença desses pés de café para suprir as necessidades da família parece ter uma motivação mais nostálgica do que econômica, uma vez que, de modo geral, não há grande preocupação em produzir alimentos para autoconsumo, conforme demonstra a tabela 4 sobre composição da alimentação das famílias que é comprada e a que é produzida na propriedade.

Tabela 6 - Acesso aos produtos alimentícios pelas famílias entrevistadas

Produtos utilizados na alimentação da família	
Compra 100%	5
Compra 90%	15
Compra 80%	6
Compra 70%	1
Compra maior parte	7
Compra metade	14
Produce a maior parte	4
Não soube responder	17

Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo, 2022.

Na tabela 4, é possível notar que cinco famílias compram 100% dos alimentos consumidos, ou seja, não produzem nada para o autoconsumo em suas propriedades. Quinze famílias informaram que compram cerca de 90%, seis informaram que compram 80% e uma informou que compra 70% de tudo que consomem para alimentação.

Um dos fatores que, certamente, contribui para isso é remuneração obtida com aposentadorias e com arrendamento de parte das terras da propriedade para o plantio de grãos (principalmente soja e milho). Também a proximidade entre os quintais e lavouras que utilizam herbicidas, que, com a deriva do vento, acabam prejudicando o cultivo de frutas e hortaliças, constitui um fator de desmotivação para o cultivo desses alimentos. Essa desmotivação não é ruim apenas pelo custo que as famílias precisam desembolsar para adquirir esses alimentos, mas, também, pelo fato de que a produção para o autoconsumo, muito além de suprir as necessidades das famílias, possui, também, um sentido simbólico, uma vez que tal produção constrói a identidade, pois o trabalho dos pequenos agricultores não resulta somente em mercadorias, mas, sobretudo, em relações sociais (GAZOLLA, 2004).

O manejo das atividades produtivas destinadas à comercialização também se mostra ancorado em técnicas bastante tradicionais. Apenas em uma propriedade foi observada a utilização de irrigação para o pasto e em nenhuma foi observado o consórcio de árvores com pastagens, por exemplo, técnica amplamente conhecida pela vantagem de proporcionar bem-estar animal através da sombra, contribuindo assim para a melhora na produção, além de proporcionar uma renda extra com a comercialização da madeira. É notório que, na visão de mundo da maior parte dos

entrevistados, o aumento da renda está diretamente relacionado apenas com o aumento quantidade de terras e não com o incremento de tecnologias ou agregação de valor.

Contribui para essa visão de mundo o fato de os entrevistados não participarem de organizações que os motivassem a buscar novas formas de produzir e se organizarem coletivamente. A Tabela 7 demonstra a participação das famílias em organizações, sendo que podiam indicar mais de uma resposta, caso participassem de mais duas ou mais entidades.

Tabela 7 - Participação em organizações

Tipo de organização	Famílias que participam
Igreja	20
Sindicato	3
Cooperativa	21
Não participa	20
Não respondeu	12

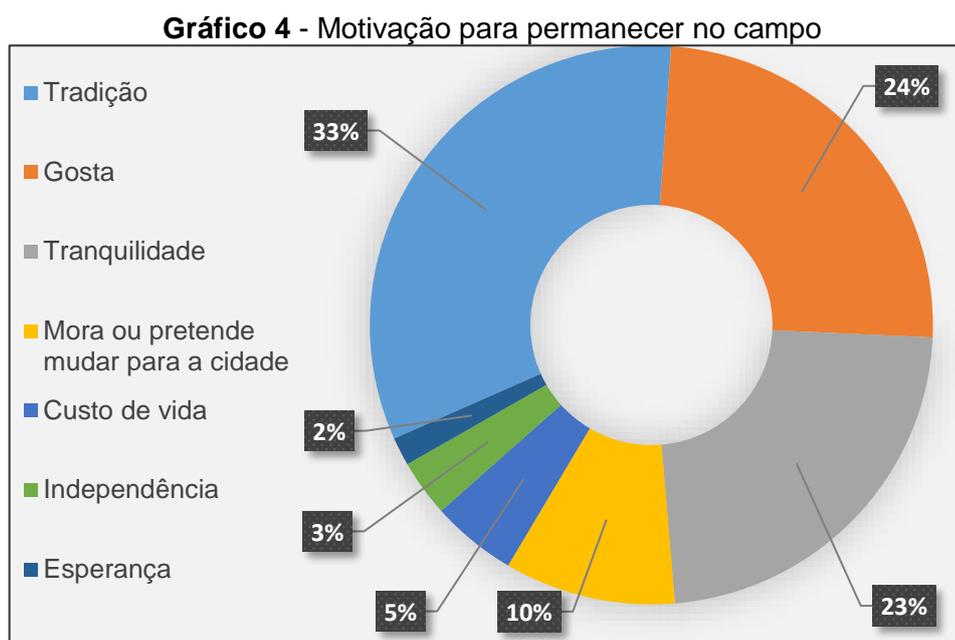
Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa de campo, 2022.

Como é possível observar na Tabela 7, as instituições mais citadas são a igreja e a cooperativa, com 20 e 21 menções, respectivamente, seguidas do sindicato com apenas três respostas. Parte considerável dos entrevistados (20 respostas) afirma não participar de nenhuma entidade. Não foram mencionadas nenhuma participação em associações de agricultores familiares ou cooperativas voltadas para esse segmento. A cooperativa mencionada em todas as respostas é a Coamo, que se configura como uma típica empresa representante do *modus operandi* do agronegócio em seu território de atuação, atuando mais como uma típica empresa capitalista do que como uma organização voltada para o atendimento das necessidades de pequenos agricultores (OLIVEIRA, 2016).

Já a igreja parece ser voltada apenas para atividades espirituais, não fomentando atividades fora desse escopo. A participação no sindicato também é bastante limitada à busca por auxílio em questões burocráticas, principalmente em relação à documentação para a aposentadoria.

Quanto aos elementos subjetivos, é possível perceber a forte ligação com as raízes que já são bem sólidas na comunidade, sendo que algumas famílias já estão na terceira geração trabalhando nas mesmas terras. A força dessas raízes fica

evidente ao responderem, espontaneamente, sobre a motivação em permanecer no campo, cujas respostas estão ilustradas no Gráfico 4, no qual se nota o forte direcionamento das respostas para a tradição, ou para a tranquilidade, o que mostra que residir na comunidade proporciona sensação de segurança. O Gráfico 4 mostra, ainda, que as maiores motivações para permanecerem no campo são a “tradição”, “porque gosta” ou ainda pela “tranquilidade”, com 20, 15 e 14 menções a esses termos, respectivamente.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo, 2022.

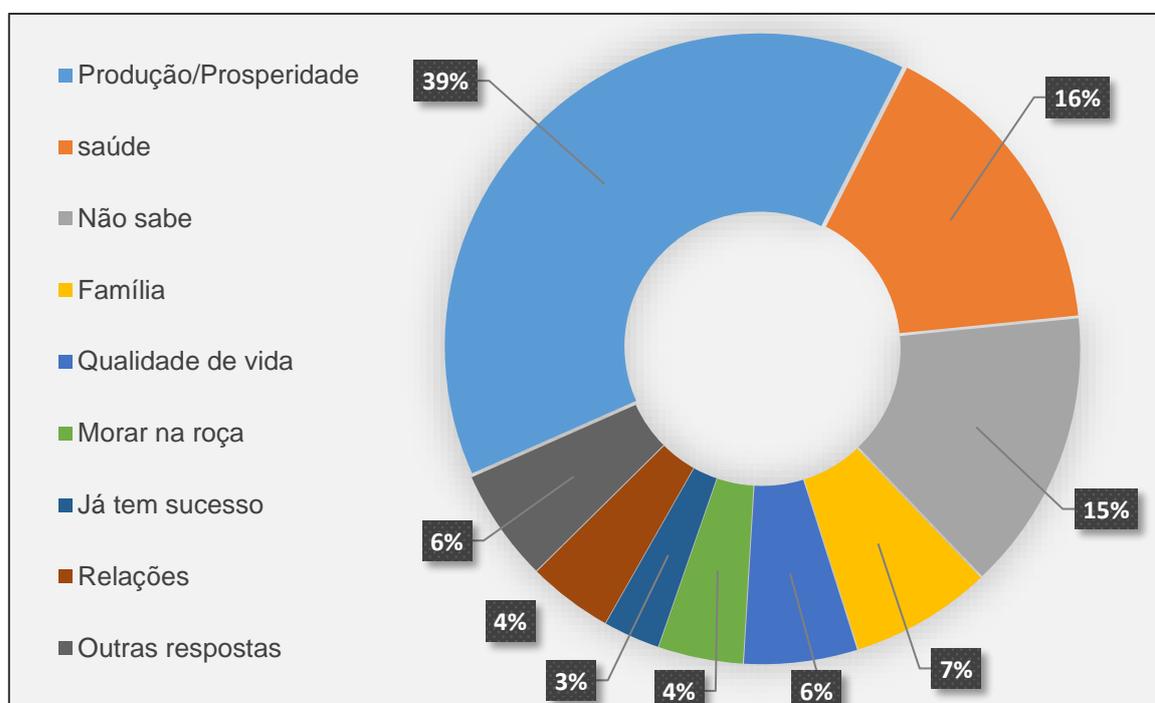
Mesmo com todo ambiente hostil enfrentado pela agricultura familiar, as respostas mostram que a tradição é um elemento importante para a resistência contra as condições adversas. Concordamos com Ploeg quando afirma que o modo de vida dos pequenos agricultores “consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação” (2009, p. 18). Essa resiliência da agricultura familiar, que a fez resistir a tantos obstáculos que lhe foram impostos, pode ser fundamental no enfrentamento dos desafios que se apresentam neste século XXI, quando a produção de alimentos precisa ser repensada diante das adversidades que as mudanças climáticas impõem.

Diferentemente da agricultura capitalista, que tem como finalidade principal o lucro, a agricultura familiar tem como finalidade principal a terra e a unidade familiar

em torno da qual se articulam o trabalho e as demais relações (PLOEG, 2009; WANDERLEY, 2009). É possível que essa centralidade da família justifique a menção à tranquilidade como uma motivação para a permanência no campo, onde a proximidade entre os entes proporciona maior controle sobre os valores transmitidos aos filhos, ao contrário da cidade, onde o modo de vida mais corrido provoca um distanciamento entre os membros da família, fazendo com que os filhos vivam sobre diversas influências, muitas das quais estranhas aos valores das famílias.

Já com relação àquilo que os entrevistados consideram sucesso, é possível notar uma associação do termo com conceitos relacionados à produção e prosperidade (39% das respostas), manifestos em respostas do tipo “sucesso pra mim é o gado bem cuidado”. Respostas como essa indicam o comprometimento com as atividades da propriedade, mais uma vez, acentuando a forte ligação com as raízes, pois ter sucesso não está apenas relacionado ao resultado financeiro, que seria uma consequência, mas em fazer produzir e ver a produção como resultado do trabalho.

Gráfico 5 - Considera sucesso



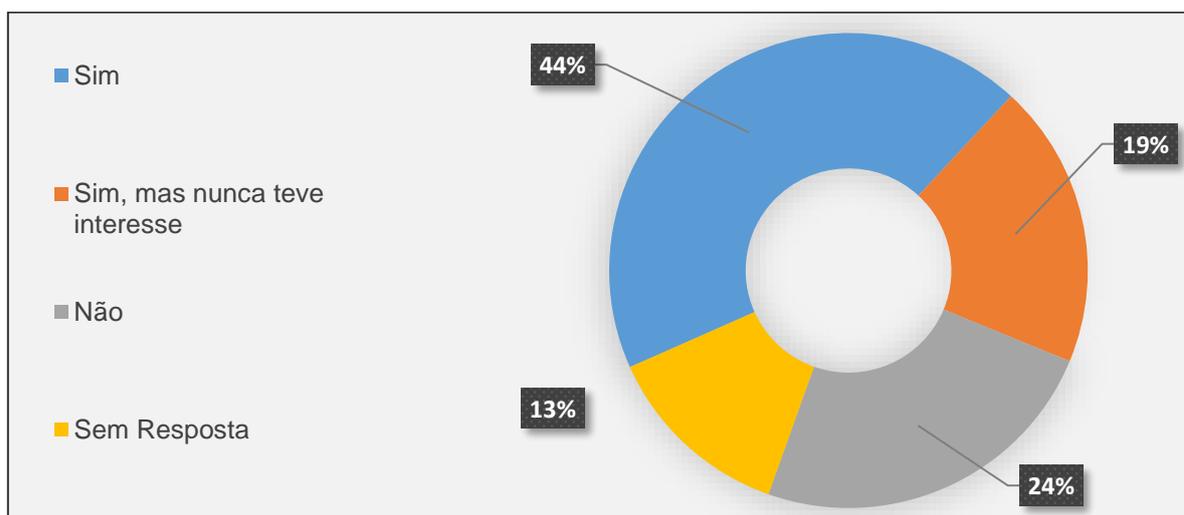
Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo, 2022.

É possível notar, também, uma grande incidência de respostas que apontam

a saúde como um fator de sucesso (16% das respostas), o que não é de se estranhar se levarmos em consideração que grande parte dos entrevistados são sexagenários ou septuagenários. Na conjuntura de vida deles, o adoecimento pode significar não apenas o sofrimento físico, mas, também, a necessidade de se mudarem para a cidade onde seria mais fácil receber cuidados dos familiares.

Questões relacionadas à sustentabilidade praticamente não foram mencionadas durante as entrevistas, sendo que, ao serem perguntados se tinham conhecimento de produção orgânica, ou se tinham interesse em desenvolver algum tipo de atividade nesse sentido, a maioria das respostas foi negativa, conforme demonstrado no Gráfico 6, a seguir.

Gráfico 6 - Já ouviu falar de produção orgânica ou agroecológica



Fonte: Elaborado pelo autor com base na pesquisa de campo, 2022.

Chama a atenção o fato de que grande parte dos entrevistados (24%) sequer conhece produção orgânica ou agroecológica, ao passo que 44% afirmam que já ouviram falar e demonstram algum interesse, enquanto 19% afirmaram que já ouviram falar, mas não têm nenhum interesse nesse tipo de produção. Esse é um fato lamentável, pois é vasta a literatura que comprova as vantagens da agricultura orgânica e agroecológica.

Bastaria mencionar o fato de que a agricultura orgânica é mais rentável, uma vez que há maior valor agregado no momento da comercialização de alimentos livres de agrotóxicos, haja vista o crescente número de consumidores que estão migrando para hábitos alimentares mais saudáveis no Brasil e no mundo (ORGANIS, 2017). A

agricultura capitalista ainda enfrenta muita dificuldade em atender essa demanda, principalmente pelo fato de ser toda estruturada sob os moldes da produção convencional. Segundo Altieri (2012), a agricultura agroecológica valoriza a sabedoria tradicional e os conhecimentos locais, contribuindo para promover a autonomia dos agricultores em relação aos insumos e tecnologias externas.

Há também o aspecto ambiental e da saúde, uma vez que o uso de insumos químicos industrializados, como os venenos, provoca sérios danos ao meio ambiente e, principalmente, aos agricultores, que são os que manejam, diretamente, esses produtos (SIMÕES, 2018).

Cabe mencionar, ainda, o fato de que a produção orgânica/agroecológica tem a capacidade de resgatar a autonomia dos sujeitos, uma vez que os livra da obrigatoriedade de implementação dos pacotes tecnológicos, valorizando, assim, práticas tradicionais de agricultura (ALTIERI, 2012).

Com tantos pontos favoráveis, é possível afirmar que o fato de a produção orgânica ser desconsiderada quase pela metade dos entrevistados demonstra que ela sofre um processo ideológico de apagamento. A ideologia do caminho único para a agricultura é resultado de um longo processo de construção de uma visão de mundo segundo a qual o protagonismo na produção de alimentos é direcionado para as corporações, cabendo ao agricultor o papel de mero coadjuvante. Tal direcionamento, centrado na modernidade, tem na acumulação capitalista o objetivo primordial, fazendo com que os trabalhadores não percebam a subordinação sob a qual trabalham, não se reconhecendo, assim, com explorados (CHAUÍ, 2004).

Dessa forma, a ideologia do agronegócio molda o pensamento dos sujeitos e cega-os para que não enxerguem possibilidades de produção distinta do modelo hegemônico imposto pelas empresas do agronegócio, impedindo o desenvolvimento da autonomia dos pequenos agricultores.

4.3 ANÁLISE *EX ANTE* DO PROJETO CAFE

Antes de realizar qualquer intervenção em um problema identificado, é importante definir escopo para a ação a ser realizada e conceber um plano que seja capaz de atingi-los efetivamente. Essa análise prévia é conhecida como análise *ex ante* (BRASIL, 2018).

A análise *ex ante* parte da formulação de perguntas e da identificação de

problemas, e tem como objetivo fundamentar as opções de solução a serem propostas após um processo de discussão e tomada de decisão, não com base em soluções pré-concebidas, mas, sim, em conceitos e teorias que explicam o problema em questão (LASSANCE, 2022).

4.3.1 Diagnóstico das comunidades pesquisadas: Árvore de Problemas

A metodologia da árvore de problemas é uma ferramenta bastante apropriada para a visualização clara das causas e efeitos de problemas complexos. Entre os problemas que o projeto CAFE se propõe a enfrentar, destaca-se a questão do êxodo rural, que foi mencionada em todas as ocasiões em que o projeto foi apresentado. De fato, a saída de pessoas do campo costuma ser o capítulo final das trajetórias de vida no campo, isso porque a grande maioria dos que migram para a cidade não mais retornam para o meio rural, principalmente se as condições dessa migração ainda permanecerem.

Portanto, partindo do princípio de que o êxodo rural é o problema central a ser analisado, selecionamos, no questionário, as questões mais adequadas à compreensão das causas desse fenômeno nas comunidades onde foi realizada a pesquisa. Dessa forma, para a construção da árvore de problemas, foram eleitas questões que indagaram sobre: a idade; atividades comunitárias; acesso à assistência técnica; comercialização; dificuldades para desenvolver o processo produtivo; e sobre gestão e planejamento das propriedades.

A questão referente à idade foi selecionada por compreendermos que famílias compostas, majoritariamente, por membros de idade mais avançada têm maiores dificuldades em desenvolverem determinadas atividades produtivas, sobretudo aquelas que exigem maior esforço físico, ou, até mesmo, acesso a meios de informação que possam contribuir para o processo produtivo, haja vista que, atualmente, a internet tem sido um meio amplamente utilizado para acesso ao conhecimento, bem como para a realização dos mais diversos serviços, como bancário, programas governamentais etc.

Selecionamos a questão referente à participação em movimentos pelo fato de que, consoante ao que já discutimos acima, tal participação é, relativamente, limitada nas comunidades do município, sendo que não se verificou a participação em organizações que tenham força política significativa e sejam atuantes na defesa

dos interesses dos pequenos produtores.

Já com relação à área da propriedade, compreendemos que é, também, um fator que dificulta a obtenção de renda suficiente para as necessidades das famílias, principalmente nas comunidades originadas de projetos governamentais de distribuição de terras, como é o caso das vilas rurais. Nessas, devido ao tamanho reduzido dos terrenos, o desenvolvimento de atividades produtivas mais rentáveis só é viável se forem efetuados montantes consideráveis de investimentos, o que não é compatível com a realidade da maioria das famílias residentes nessas comunidades.

Fatores relacionados à comercialização também constituem elemento desmotivador para a permanência no campo. Selecionamos essa questão por percebermos, nas respostas das entrevistas, que os principais canais de comercialização são as cooperativas e os laticínios. Considerando que as cooperativas priorizam produtos alinhados à cadeia do agronegócio, principalmente soja e milho, torna-se difícil para os pequenos produtores comercializarem outros produtos de maior valor agregado, enquanto os laticínios costumam oferecer preços muito baixos.

Já com relação à questão da assistência técnica, que contribui, significativamente, para melhorar as atividades produtivas, percebemos que, embora tenha havido menções à assistência recebida pela Emater e pelos técnicos extensionistas da prefeitura, esses profissionais precisam atender a muitas propriedades dispersas por todo o município. Com isso, muitos agricultores acabam contratando serviços particulares ou recorrendo aos técnicos das cooperativas, sendo que, muitas vezes, esses profissionais estão mais alinhados àquilo que é conveniente para essas instituições ao promoverem a comercialização de insumos mais com interesses financeiros do que com a solução dos problemas produtivos dos agricultores¹⁵.

Foi também selecionada para compor a árvore de problemas a questão relacionada às dificuldades encontradas no processo produtivo. Nas respostas à essa questão, houve muitas queixas sobre a comercialização, principalmente no que

¹⁵ Reportagem do site de notícias *The Intercept Brasil*, publicada em maio de 2019 pela jornalista Taís Seibt, mostra as práticas exageradas de receituários agronômicos na prescrição de agrotóxicos, nas quais são levadas em consideração mais as atividades comerciais do que a real necessidade de aplicação desses produtos. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2019/05/15/agronomos-prescrevem-agrotoxicos-ritmo-sobrehumano/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

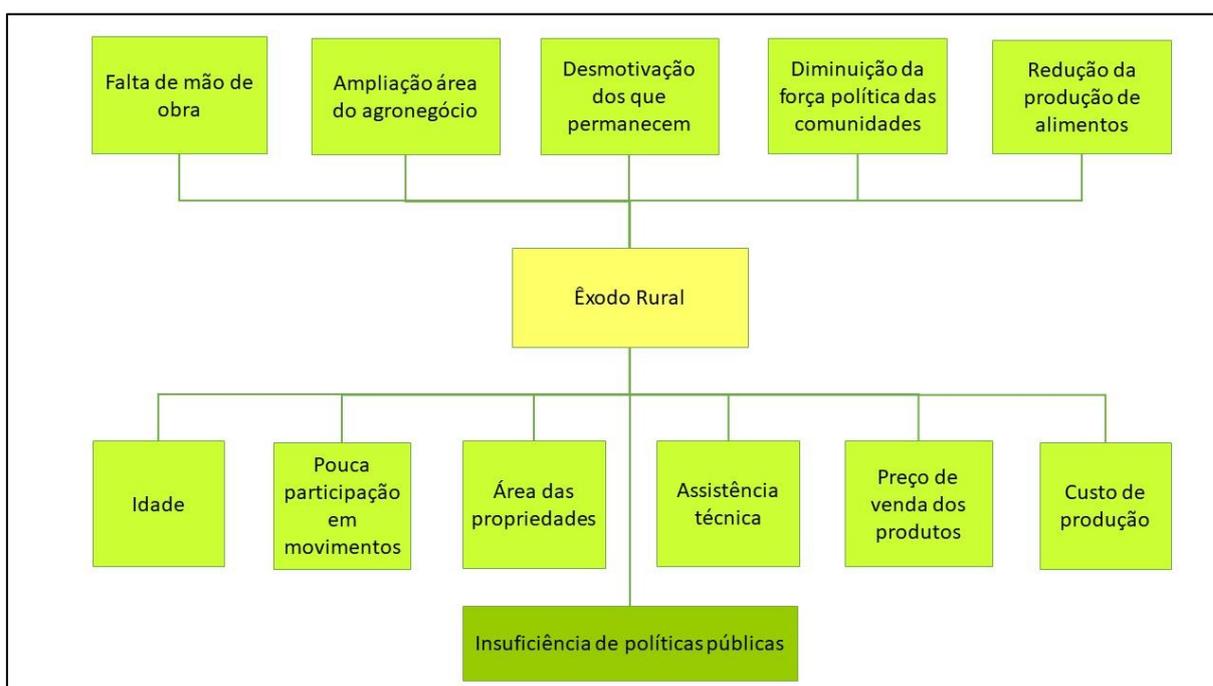
se refere ao preço de venda dos produtos agrícolas. Percebe-se que, em muitos casos, essa queixa parte, justamente, daqueles que optam por trabalhar com produtos cujo manejo moderno foi concebido para grandes propriedades, que produzem em grande escala, como é o caso da soja. Verificou-se que, na maioria das propriedades, há pouca diversificação da produção, bem como pouca opção pelo desenvolvimento de atividades que proporcionem maior valor por área plantada e/ou ainda a agregação de valor aos produtos.

Por fim, selecionamos, também, a questão que indagava sobre custos de produção, fundamental para o planejamento e monitoramento por parte dos agricultores das atividades que proporcionam maior ou menor resultado financeiro. Pelas respostas, verificou-se que a maioria não faz um planejamento mínimo para que se tenha uma ideia clara dos resultados financeiros após determinado período.

Esse processo intuitivo de gestão não é condizente à realidade com a qual os agricultores precisam lidar na atualidade, pois muitas despesas são regulares e mensais. Desse modo, é necessário que haja uma organização financeira mais racional, pois isso contribui, significativamente, para que possam se adequar a essa realidade.

Com base nessas informações selecionadas, fizemos a árvore de problemas:

Figura 4 - Árvore de Problemas



Fonte: Organizado pelo autor com base na pesquisa de campo.

A árvore de problemas é uma forma de expressar, graficamente, um problema central, e classifica as causas e efeitos dele, permitindo que se visualize, com maior clareza, a situação analisada, subsidiando, assim, a tomada de decisões, de forma mais assertiva. Nessa ferramenta, o tronco da árvore representa o problema central, enquanto as raízes seriam as causas, e os galhos e folhas as consequências desse problema central.

Embora essa ferramenta tenha permitido organizar as situações apontadas nas entrevistas, e dispor um conjunto de raízes, que são as causas que devem ser atacadas, há um problema subjacente que merece especial atenção: a ausência ou insuficiência de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar (LOURENÇO *et al.*, 2022).

De acordo com Dias e Matos, uma das definições de políticas públicas pode ser sintetizada como um conjunto atos que:

São ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana (DIAS; MATOS, 2012, p. 12).

Dessa forma, ao negligenciar o amparo necessário às atividades da agricultura familiar, os governos impedem que os sujeitos possam desenvolver, plenamente, suas potencialidades. Essa negligência ficou bem explícita a partir de 2016, com a descontinuidade de diversas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, o que significou um retrocesso em relação aos tímidos avanços registrados nas décadas anteriores (LOURENÇO *et al.*, 2022; PERIN, 2021).

Nessa metodologia, os galhos representam os fatores que resultam do problema central, ou seja, as consequências advindas de um conjunto de causas indesejadas que seriam as raízes. A análise dos galhos é relevante para compreender como as diferentes causas estão interconectadas com o problema como um todo.

Com relação à falta de mão de obra, percebe-se que há a formação de um ciclo, pois a migração do campo reduz a disponibilidade de mão de obra nas comunidades que poderia ser contratada para realizar serviços temporários ou mesmo para troca de dias de serviço. O envelhecimento dos que permanecem

também influencia na redução de disponibilidade de mão de obra, uma vez que há a redução da força física necessária para a execução de trabalhos agrícolas. Ainda com relação ao envelhecimento, Spanevello, *et al.* (2017) argumentam que esse é um dos principais motivos para que os pequenos agricultores vendam suas propriedades. Segundo os autores:

A idade avançada dos agricultores sem sucessores, que reduz a força física na execução dos trabalhos agrícolas, além das escassas possibilidades de contar com mão de obra contratada, devido aos custos e às dificuldades cada vez mais evidentes de oferta de mão de obra no meio rural (SPANEVERELLO *et al.*, 2017, p. 365).

Os autores supracitados destacam, ainda, a questão da concentração fundiária, pois “a propriedade, à medida que é comercializada para outros agricultores, tende a reduzir suas características familiares, levando a um possível aumento da concentração de terras” (SPANEVERELLO *et al.*, 2017, p. 368). De fato, as pequenas propriedades, geralmente, são adquiridas por agricultores mais capitalizados, que possuem, em geral, maquinários apropriados para cultivo de grandes áreas, ampliando, assim, as áreas do agronegócio.

Essa dinâmica muda a paisagem rural e acentua a descaracterização das comunidades e dos alimentos cultivados para o consumo das famílias, uma vez que, com a presença de grandes lavouras no entorno, o cultivo de muitos itens fica comprometido devido à deriva de herbicidas que atinge não somente os locais onde são aplicados, contribuindo com a desmotivação dos que ainda permanecem. Para Werlang e Mendes, “cada vez mais o pequeno agricultor encontra-se despojado dos laços que o ligam à terra e aos seus meios de produção” (WERLANG; MENDES, 2016, p. 148).

Outro ponto negativo decorrente do êxodo rural é a perda de poder político das comunidades. O êxodo rural diminui as possibilidades de surgimento de novas lideranças, uma vez que muitos potenciais líderes locais migram antes desenvolverem esta vocação. Já os líderes que permanecem tendem a perder parte da força política à medida em que representam comunidades cada vez menores. Em uma das comunidades que pesquisamos, havia um ex-vereador, mas, após do fim de seu mandato, em 2016, não conseguiu mais se reeleger. Atualmente, o Legislativo Municipal de Goioerê-PR é composto por vereadores que desenvolvem

atividades urbanas, servidores públicos e comerciantes, principalmente¹⁶.

Figura 5 - Sede desativada da associação comunitária da agrovila



Fonte: Pesquisa de campo

Outra consequência do êxodo rural é a redução da produção de alimentos, sobretudo dos alimentos que chegam na mesa dos brasileiros, uma vez a agricultura familiar é responsável pela produção da maior parte das frutas, hortaliças, carnes (principalmente aves e suínos), entre outros (MITIDIERO JR.; BARBOSA E HÉRICK DE SÁ, 2017). Nos últimos anos, o Brasil voltou ao mapa da fome ocasionada pelo desemprego e redução da renda das famílias, mas, também, pela inflação dos alimentos. Garantir a oferta de alimentos é fundamental para que a sociedade, sobretudo os mais pobres, tenham acesso a alimentos de qualidade com preço justo.

4.3.2 Viabilidade projeto CAFE a partir da Matriz GUT

Um dos primeiros aspectos a ser considerado em um projeto social é quanto à sua viabilidade. Para Stephanou *et al.* (2003), a natureza de um projeto deve considerar sua viabilidade financeira, tecnológica, política, social, cultural e ambiental, sendo que esses pontos podem ser alocados em dois grandes eixos: aspectos econômicos e sociais.

¹⁶ A atual composição do poder legislativo de Goioerê pode ser verificada em <http://www.cmgoioere.pr.gov.br/index.php?sessao=cbb36b043ax0cb> Acesso em: 17 abr. 2023.

No aspecto econômico, o projeto CAFE é relativamente crítico, pois, embora em fase de planejamento, não foi indicada qual seria a disposição da ACIG em realizar aportes financeiros, caso se mostrasse necessário, nem qual seria o papel da instituição no apoio à captação de recursos de outras fontes. A clareza sobre o quantitativo de recursos que podem ser investidos constitui elemento fundamental no desenho de projetos e permite um melhor planejamento das ações que podem ser executadas.

A viabilidade de um projeto depende fortemente da sua capacidade de obter os recursos necessários à sua implementação. Sendo assim, faz parte da elaboração de qualquer projeto um levantamento prévio que identifique o tipo e a quantidade de recursos que serão necessários (STEPHANOU *et al.*, 2003, p. 36).

Diante da falta de clareza sobre o montante de recursos financeiros a serem disponibilizados para o projeto CAFE, a busca por parcerias pode ser uma boa alternativa para executar as ações de resposta aos problemas levantados. Essas parcerias podem ser com agentes públicos, como a prefeitura, que pode ser estimulada a executar ações mais assertivas, aproveitando o levantamento das demandas das comunidades realizado no âmbito da fase preliminar do projeto CAFE. Outra possibilidade de parceria é com instituições de ensino, como as universidades.

Uma das principais vantagens das parcerias com universidades é a possibilidade de aproveitar a expertise acadêmica e científica. As universidades possuem uma vasta gama de conhecimentos e competências que podem ser aplicados, tais como pesquisas de campo, desenvolvimento de tecnologias sociais, treinamento de profissionais, entre outros. Além disso, a participação das universidades em projetos sociais pode trazer benefícios para a formação de seus estudantes, que têm a oportunidade de vivenciar práticas e contextos sociais diversos, contribuindo para a sua formação profissional e cidadã. Para Nunes e Silva, a extensão universitária funciona como

uma via de duas mãos em que a universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade e recebe dela influxos positivos em forma de retroalimentação, tais como suas reais necessidades, anseios e aspirações (NUNES; SILVA, 2011, p.121).

Parcerias com universidades também podem contribuir para viabilidade

técnica do projeto, uma vez que, a depender das tecnologias que serão empregadas, é necessário acompanhamento para que o público-alvo possa usufruir de todos os recursos disponíveis.

Quanto à viabilidade política, esse parece ser um dos pontos fortes do projeto, uma vez que não foram observados obstáculos nas relações entre as instituições envolvidas. Houve, sempre, uma boa disposição da secretaria de agricultura em dar o suporte necessário para que as entrevistas fossem realizadas, inclusive cedendo um servidor para que acompanhasse as entrevistas, apresentando o entrevistador e facilitando o diálogo com as famílias onde foi aplicado o questionário. Da mesma forma, houve uma boa receptividade das lideranças das comunidades que, também, demonstraram disposição em contribuir com os proponentes do projeto no momento da apresentação às comunidades.

Stephanou *et al.* (2003) salientam a necessidade de encontrar similaridades entre as organizações envolvidas, de forma a prevenir eventuais dificuldades na implementação de projetos. Para os autores “Trata-se da articulação com grupos de base e lideranças locais que forem considerados importantes para o desenvolvimento do trabalho, pois nenhum projeto vai adiante sem apoio local” (STEPHANOU *et al.*, 2003, p. 27).

Outro aspecto importante a ser considerado é quanto à questão social e cultural. A viabilidade de projetos sociais pode depender, significativamente, da dimensão cultural da vida social. Mesmo que um projeto pretenda causar mudanças na mentalidade e comportamento das pessoas, é essencial reconhecer e respeitar as tradições e conhecimentos próprios da cultura das comunidades envolvidas. Caso contrário, o projeto pode não alcançar seus objetivos (STEPHANOU *et al.*, 2003). No caso do projeto CAFE, há o mérito de se começar com entrevistas para conhecer mais a fundo a realidade das comunidades onde serão desenvolvidas as ações. Nesse sentido, Freire afirma que:

Não podemos, a não ser ingenuamente, esperar resultados positivos de um programa, seja educativo num sentido mais técnico ou de ação política, se, desrespeitando a particular visão de mundo que tenha ou esteja tendo o povo, se constitui numa espécie de ‘invasão cultural’, ainda que feita com a melhor das intenções (FREIRE, 2019, p. 119).

Portanto, para que novas ideias sejam aceitas e implementadas pela população beneficiada por um projeto social, é importante conhecer e respeitar os

valores e conhecimentos específicos dos grupos sociais com os quais pretendem trabalhar (STEPHANOU *et al.*, 2003). Nesse quesito, é possível afirmar que o projeto CAFE deu um primeiro passo acertado ao pautar suas primeiras ações no diálogo com as comunidades.

Finalmente, com relação à questão da viabilidade ambiental, há um desafio no que se refere à adoção de iniciativas mais sustentáveis, haja vista que, conforme discutimos anteriormente, os efeitos da ideologia do caminho único para a agricultura promovem o apagamento da produção orgânica do horizonte dos entrevistados. Todavia, a transição para produção orgânica é mais viável justamente em propriedades pequenas, sendo que algumas técnicas de manejo orgânicas que dispensam uso de insumos externos podem, inclusive, atuar na redução dos custos de produção, que é uma das raízes da árvore de problemas exposta acima (ALTIERI, 2012). Ademais, embora seja um caminho relativamente longo entre essa conscientização e aplicação prática de técnicas de manejo mais sustentáveis, a adesão à produção orgânica com a devida certificação pode contribuir para melhorar o preço de venda para o produtor, atuando, assim, em outra raiz da árvore de problemas que é o baixo preço de venda da produção, uma vez que se trata de produtos orgânicos.

Para visualizar melhor a questão da viabilidade do projeto CAFE, optamos por construir uma matriz GUT. A matriz GUT é uma ferramenta vantajosa para a análise de problemas, sendo que a utilização desse instrumento pode ajudar a identificar problemas críticos e concentrar recursos e esforços de maneira mais assertiva.

Para a construção de uma matriz GUT, é necessário analisar o problema em três critérios de avaliação: gravidade, urgência e tendência. A gravidade se refere à importância do problema em questão e o impacto que ele pode ter nas atividades. A urgência se refere à necessidade de uma solução imediata para o problema. Já a tendência se refere à probabilidade de que o problema se agrave ou se resolva com o tempo.

Cada critério é avaliado em uma escala de 1 a 5, em que 1 representa o menor impacto e 5 o maior impacto. Dessa maneira, na primeira coluna, são listados itens que serão avaliados, enquanto na segunda coluna, são anotadas a pontuação para o quesito gravidade, que se refere às consequências, caso nada seja feito a respeito. Nessa segunda coluna, atribui-se a pontuação 5 se os prejuízos ou as dificuldades forem extremamente graves, 4 se forem muito graves, 3, 2 e 1 se forem graves,

pouco graves e sem gravidade, respectivamente. A terceira coluna se refere à urgência para a tomada de decisão e diz respeito a quando se deve agir para resolver o problema. Na coluna da urgência, também deve ser preenchida com escore de 1 a 5, em que 5 representa a necessidade de uma ação imediata, 4 a necessidade de ação com alguma urgência, 3 ação deve ser realizada o mais cedo possível, 2 pode esperar e 1 quando não há pressa. Finalmente, a quarta coluna representa a tendência de o problema piorar caso nada seja feito. Também nesta coluna é realizada uma classificação de 1 a 5, em que 5 representa um agravamento significativo caso nada seja feito de imediato. Ainda na coluna de tendência, as pontuações 4, 3 e 2 são atribuídas quando se verifica que, se nada for feito, o problema pode piorar em curto, médio e longo prazo, respectivamente. Atribui-se 1, na coluna de tendência, se for verificado que o problema não vai piorar (ALVES *et al.*, 2017).

A pontuação para cada critério é, então, multiplicada, para se obter uma pontuação geral para cada problema. Os problemas com as pontuações mais altas são considerados mais críticos e, portanto, devem ser resolvidos com prioridade.

Quadro 2 – Matriz GUT

Viabilidade	Gravidade	Urgência	Tendência	Total	Prioridade
Financeira	4	4	3	48	1
Técnica	3	3	3	27	2
Ambiental	3	2	3	18	3
Política	2	1	2	4	4
Sociocultural	2	1	2	4	5

Fonte: Organizado pelo autor com base na pesquisa.

No aspecto da viabilidade financeira, atribuímos 4 à coluna de gravidade, pois a disponibilização de recursos é de extrema importância para o andamento das ações do projeto. Não assinalamos 5 por entendermos que algumas ações podem ser feitas sem recursos, como articulação política e organização das comunidades. Da mesma forma, entendemos que, com relação à coluna da urgência, também deveria ser assinalado 4 pois, como exposto acima, algumas ações, embora bastante limitadas, poder ser feitas mesmo antes de resolver a questão dos recursos. Mesmo sendo possível algumas atuações sem a previsão de recursos financeiros, é provável que a capacidade de ação das instituições fique bem mais limitada a médio

prazo, por isso, na coluna tendência, atribuímos 3.

Quanto à viabilidade técnica, classificamos como grave (3) a pouca clareza a respeito das ferramentas que o projeto CAFE dispõe para operacionalizar as atividades que se dispõe a realizar juntos às comunidades. Na coluna da urgência, também indicamos a gravidade 3, pois compreendemos que deve ser realizada uma ação para corrigir tal deficiência o mais cedo possível, no entanto, tal ação depende de resolver a questão financeira para que se tenha maior clareza acerca dos recursos financeiros que estarão disponíveis para tal fim. Já com relação à tendência, compreendemos que os efeitos negativos podem ser sentidos a médio prazo, durante o andamento do projeto, por isso indicamos pontuação 3.

Já com relação à viabilidade ambiental, consideramos grave o fato dos proponentes do projeto CAFE não abordarem o tema, fato pelo qual atribuímos 3 (grave) na coluna gravidade. Contudo, considerando a necessidade de verificar a questão financeira, primeiramente, conforme já discutimos acima, consideramos que o tema da viabilidade ambiental pode, ainda, esperar um pouco, de modo que atribuímos 2 à coluna urgência. Em relação à tendência, atribuímos 3 nesta coluna por entendermos em médio prazo seja impossível ignorar práticas ambientais em qualquer projeto.

A viabilidade política, consoante já discutimos acima, é o ponto mais favorável ao projeto, indicamos pontuação 2 (pouco grave) na coluna referente à gravidade somente pelo fato de que, em se tratando de relações humanas, os cenários têm o risco de mudança quando se mudam os atores. A nomeação de um novo secretário de agricultura menos sensível aos propósitos do projeto, ou mudança de gestão da ACIG, são exemplos dessa possibilidade de mudança de atores. Não há necessidade de mudanças nesse aspecto, portanto, indicamos 1 na coluna urgência. Já na coluna tendência, indicamos 2, não pelo cenário que se apresenta no momento, mas pela possibilidade de mudança pela alteração da conjuntura, conforme acabamos de expor acima.

Finalmente, temos o aspecto da viabilidade sociocultural no qual consideramos que o projeto CAFE também se apresenta bastante coerente, principalmente pelo fato de procurar conhecer primeiro as comunidades para alinhar as ações. Nesse aspecto, também atribuímos 2 à coluna da gravidade, considerando somente a pequena possibilidade de mudança da conjuntura política, consoante já discutimos no item anterior. Considerando o bom encaminhamento das ações nessa

etapa, acreditamos que não há decisões urgentes para serem tomadas, fato pelo qual atribuímos 1 à coluna da urgência. Na coluna tendência, atribuímos 2, pelo mesmo motivo do item anterior, ou seja, apenas pelo risco de mudança da conjuntura, o que é normal em se tratando de relações humanas.

4.4 O PROJETO CAFE COMO POLÍTICA LOCAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

O município de Goioerê-PR é um caso típico das mudanças ocorridas no interior do estado do Paraná a partir da segunda metade do século passado. Nesse período, o estado passou de uma fase acelerada de desenvolvimento, puxado pela expansão da cafeicultura, para um acentuado declínio da população rural e concentração fundiária, resultado do avanço da mecanização, intensificada com a Revolução Verde, e da ausência de políticas públicas para fazer frente a este contexto.

4.4.1 As potencialidades do projeto CAFE como política de desenvolvimento rural

De modo geral, podemos afirmar que um dos méritos do projeto está no fato do mesmo fazer um esforço no sentido de primeiro conhecer as comunidades para só depois organizar as ações seguintes. Formas impositivas de ações que chegam com o pacote pronto tendem a ter resistência do público-alvo, uma vez que ferem sua autonomia, que é fundamental. A partir do momento em que as pessoas são alijadas do processo de tomada de decisões referentes a situações que afetam suas vidas, suas vozes são caladas e, conseqüentemente, sua capacidade de agir é negada, levando a uma situação de falta de motivação para encontrarem soluções para os problemas que enfrentam.

O respeito à autonomia dos sujeitos é essencial em projetos sociais, uma vez que possibilita que as pessoas sejam empoderadas para tomar as decisões que julgam serem as melhores para suas vidas.

Ignorar ou suprimir essa autonomia significa limitar os sujeitos de se desenvolverem por conta própria abrindo caminho para uma situação contrária, ou

seja, de opressão. Como já lembrava Paulo Freire:

Simplemente, não podemos chegar aos operários, urbanos ou camponeses, estes, de modo geral, imersos num contexto colonial quase umbilicalmente ligados ao mundo da natureza de que se sentem mais partes que transformadores, para, à maneira da concepção “bancária”, entregar-lhes ‘conhecimento’ ou impor-lhes um modelo de bom homem, contido no programa cujo conteúdo nós mesmos organizamos (FREIRE, 2019, p. 117).

Ao incluir as pessoas na concepção e efetivação de iniciativas, desperta-se o interesse na atuação para alcançar objetivos comuns, ao mesmo tempo em que contribui para que as soluções encontradas sejam adequadas à realidade das comunidades. Lazzaretti (2007, p. 16), salienta a importância de ouvir os atores no sentido de “não permitir que apenas os supostos interesses de mediadores sejam levados em consideração”. Assim, ao fazer um esforço para ouvir os agricultores, o projeto CAFE afasta-se de um caráter impositivo e aumenta a chance de que suas ações se aproximem dos interesses dos atores envolvidos.

Dessa forma, é sempre prudente ter no horizonte que o desenvolvimento de projetos junto aos agricultores deve respeitar a cultura e a identidade dos sujeitos, sem isso, mesmo os mais bem-intencionados projetos tendem a fracassar. Segundo Freire, não se pode esperar que um programa seja bem-sucedido se ele desconsiderar a perspectiva cultural da população, mesmo que tenha sido proposto com boas intenções (FREIRE, 2019).

Assim, ações pautadas no diálogo, e não na imposição, têm mais chance de dar bons frutos, evitando chegar em situações em que os sujeitos não sintam interesse nas propostas apresentadas por as identificarem como alijadas de sua realidade.

As oficinas nas comunidades, as realizadas e as planejadas, também constituem outro ponto positivo, pois são ações que permitem, além da apresentação do projeto e dos sujeitos envolvidos, o encontro entre os membros das comunidades para debaterem questões pertinentes a suas atividades.

Ações como essas são fundamentais, não apenas para o levantamento de situações individuais, mas para os sujeitos perceberem que, muitas vezes, seus vizinhos têm problemas e dificuldades semelhantes e, portanto, poderiam buscar juntos a solução para essas demandas, acentuando a visão de comunidade. Sem dúvida, o diálogo e o debate contribuem para o fortalecimento dos elos entre as

peças e para desenvolver o senso de grupo, de modo que oportunizam a busca coletiva por soluções para resolver questões comuns, mas que, sem o debate, pareciam individuais.

4.4.2 As limitações do projeto CAFE como política de desenvolvimento rural.

Os desafios de construir um projeto que vá ao encontro das necessidades da agricultura familiar são, demasiadamente, complexos. Os dados da pesquisa apontam que há muitos obstáculos para serem transpostos a fim de que se possa desenvolver as potencialidades da agricultura familiar.

Exemplo disso é o envelhecimento da população rural, que demonstra a ausência, ou insuficiência, de políticas públicas para a permanência dos jovens no campo, fazendo com que esses deixem a propriedade em busca de melhores oportunidades de trabalho na cidade. Também as dificuldades com a comercialização, principalmente no que se refere aos baixos preços oferecidos no mercado, sobretudo para os produtos típicos da agricultura familiar, dificultam a manutenção das atividades, pois, muitas vezes, o custo de produção aproxima-se dos valores oferecidos para esses produtos.

Soma-se a isso as dificuldades com a infraestrutura, como a precariedade das estradas rurais que dificulta muito o escoamento da produção bem como o deslocamento para diversas situações em que é necessária a locomoção para a cidade. Em Goioerê-PR, é comum que crianças deixem de frequentar a escola em dias de chuva por causa das dificuldades do transporte escolar em circular pelas estradas do interior do município, fato que constitui mais elemento desmotivador para a permanência no campo.

Esses exemplos ilustram o fato de que as políticas públicas para agricultura familiar no Brasil são incompatíveis com o importantíssimo papel que esse segmento tem na sociedade.

As ações propostas pelo CAFE são importantes e oportunas para a agricultura familiar local, mas despertam para o fato de que tais ações, ao serem propostas por uma entidade ligada a iniciativa privada, apontam para o fato de que há um vácuo deixado pelo Estado. Apesar da relevância das ações coletivas proposta pelo projeto, a forma como ele está estruturado, consoante com as primeiras ações que tivemos a oportunidade de acompanhar, sugere o

encaminhamento de soluções individuais, sem despertar a reflexão para o fato de que muitas dessas demandas individuais são parte de uma conjuntura excludente.

Portanto, embora qualquer forma de apoio às atividades produtivas dos pequenos produtores não deixe de ter seus méritos, é necessário que tais ações sejam acompanhadas de um processo de reflexão sobre a realidade, a fim de que os sujeitos compreendam que a luta por melhores condições de vida é uma luta coletiva. Para Freire (2019, p. 201), uma das formas de manipulação das massas realizadas pelas elites é “inocular nos indivíduos com o apetite burguês pelo sucesso pessoal” de modo que, uma vez contaminados pela ideologia da meritocracia, não vão questionar os processos de opressão que se manifestam em nível estrutural. Ainda segundo o autor:

O antídoto a esta manipulação está na organização criticamente consciente, cujo ponto de partida, por isto mesmo, não está em depositar nelas o conteúdo revolucionário, mas na problematização de sua posição no processo. Na problematização da realidade nacional e da própria manipulação (FREIRE, 2019, p. 200).

Portanto, iniciativas que fomentem ações individuais, mas que não promovam a reflexão sobre a conjuntura de dominação presente na sociedade, acabam promovendo a perpetuação dessa estrutura de opressão.

Essa busca por soluções individuais encontra eco também na perspectiva neoliberal, que propaga a ideologia de que quanto mais o Estado age, mais males provoca na sociedade, pois este seria ineficiente e corrupto. De acordo com Jessé de Souza (2015), a ideia de que a corrupção ocorre de forma generalizada no Estado, em contraposição a um mercado virtuoso, promove o falso conceito de que o melhor caminho é a busca pela construção de alternativas de desenvolvimento alijadas da participação do poder público.

Essa perspectiva embasou, ideologicamente, o grupo político que ascendeu ao poder no Brasil em 2016, cuja agenda econômica se alinhava, claramente, com a ideologia neoliberal. Nesse cenário, diversas ações de desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar foram colocadas em prática a partir do governo Temer/Bolsonaro, evidenciando que houve uma clara intenção de excluir esse grupo do acesso qualquer amparo. Ainda em 2016, foi extinto o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e suas atribuições passaram para secretarias que foram vinculadas a outras pastas. Houve, também, reduções significativas de

recursos públicos destinados a programas como Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), construção de cisternas, Programa de Aquisição de Alimento (PAA) entre outros (PERIN, 2022). Para Dowbor, no Brasil “o que constatamos na fase mais recente é uma reprimarização radical da economia, fragilizando a indústria, a pequena e média empresa e a agricultura familiar destinadas ao mercado interno” (DOWBOR, 2022, p. 8).

Com o esvaziamento das políticas públicas, a responsabilidade social é transferida do Estado para a sociedade civil que, ao assumir tal responsabilidade, acaba contribuindo para a desmobilização para o enfrentamento dos problemas estruturais que reproduzem a desigualdade:

É assim que, no que concerne ao novo trato da “questão social”, a orientação das políticas sociais estatais é alterada de forma significativa. Por um lado, elas são retiradas paulatinamente da órbita do Estado, sendo privatizadas: transferidas ao mercado e/ou alocadas na sociedade civil (MONTAÑO, 2004, p. 55).

Portanto, se, por um lado, ações da sociedade civil podem ter impactos significativos, sobretudo para aqueles que estão desamparados, por outro, tais ações podem acabar camuflando uma situação estrutural de negligência do poder público em cumprir com suas responsabilidades.

Dessa forma, seria razoável que o projeto CAFE se propusesse a promover também debates sobre essa política de desmonte do Estado, sobretudo no atendimento aos que foram historicamente excluídos de projetos de desenvolvimento. Do contrário, mesmo que indiretamente, a forma como o projeto CAFE está estruturado pode acabar contribuindo para a perpetuação da situação de negligência do poder público em cumprir com suas obrigações.

Nas comunicações realizadas pela ACIG, tanto na imprensa quanto nas reuniões nas comunidades, o que se observa é uma ênfase em saídas individuais para os problemas levantados. Ademais, a meta do projeto parece ser voltada para a classe empresarial que a associação representa, pois também é recorrente, nessas comunicações, que o objetivo é gerar renda para fortalecer o comércio local. Aparentemente, esse “fortalecimento do comércio local” parece ser a meta do projeto.

Considerando o estudo sobre o projeto CAFE realizado neste trabalho, entendemos a sua relevância, sobretudo em uma região tão carente de ações de

apoio à agricultura familiar, mas, também, identificamos algumas limitações que consideramos serem dignas de registro, bem como algumas sugestões para que o projeto seja mais assertivo.

Julgamos que é preciso respeitar a autonomia dos sujeitos e, na agricultura familiar, esse respeito deve levar em conta o tempo da produção artesanal. Diferentemente do tempo do mercado, que é marcado pela rapidez, pela valorização do instantâneo e pela constante busca pela novidade, em que tudo que não se encaixa nesse esquema se torna descartável. A marcha capitalista tenta, o tempo todo, transformar tudo em coisas que são contabilizadas pela lógica produtivista, em que são atribuídos valores às pessoas e à natureza, valores esses que são contabilizados pelo ritmo que elas produzem. A não produção no tempo estipulado implica em descarte, afinal, “tempo é dinheiro”.

Durante séculos, o homem do campo aprendeu a olhar para a natureza a fim de tentar entender sua dinâmica (CANDIDO, 2010). Por isso, acreditamos que o projeto CAFE deve pautar sua atuação respeitando essas características da agricultura familiar.

É necessário pensar, também, que grande parte das dificuldades enfrentadas pelos pequenos agricultores não é fruto do acaso, mas fruto de uma conjuntura. Nesse sentido, não é razoável desconsiderar que a luta por melhores condições de vida é uma luta coletiva, e não individual. Para Lazzaretti:

É preciso pensar em ações coletivas dentro de um projeto que vise à emancipação dos agricultores a partir de uma lógica que funcione ancorada no respeito, antes de tudo, centrado nas vontades familiares, ou seja, circunscrito não em modelos ideais (avessos à realidade), mas substanciados na condução democrática que fortaleça a possibilidade de escolha (LAZZARETTI, 2007, p. 14).

Consoante já afirmamos acima, a individualização dos problemas é um dos *modus operandi* típicos da ideologia neoliberal, que deposita no indivíduo toda responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso, desmotivando-o para a reflexão coletiva sobre as dificuldades enfrentadas. Flertar com estratégias que estimulam o individualismo significa colocar os sujeitos em um terreno muito hostil. Nas palavras de Freire (2019, p. 190) “o que interessa ao poder opressor é enfraquecer os oprimidos mais do que já estão, ilhando-os, criando e aprofundando cisões entre eles [...]”.

Por isso, é importante o estímulo à reflexão coletiva sobre os problemas que são coletivos, a fim de os membros das comunidades possam se enxergar com sujeitos coletivos, que lutam a mesma luta e que, lutando juntos, têm mais chance de superar as dificuldades.

Quando olhamos para o rural em nosso país, percebemos que este setor reflete, claramente, o modelo de país historicamente construído e mantido pelas nossas elites, tendo o Estado como figura de um executor de tal projeto. Quando olhamos para nossa história, percebemos que, desde os tempos coloniais, passamos por um modelo de desenvolvimento subserviente aos interesses das nações mais ricas, modelo esse que permanece até os dias de hoje.

O modelo de agricultura implantado com a Revolução Verde, em meados do século XX, e consolidado com o neoliberalismo, no final desse mesmo século, foi o modelo perfeito para a continuidade de tal projeto, uma vez que permitia a perpetuação do poder pela elite rural. Tal modelo é incompatível com a agricultura familiar, pois, enquanto aquele tem como fim a busca por lucro, obtido com a expansão da área cultivada e/ou incrementação de tecnologias de manejo baseadas no uso de intenso de mecanização e insumos químicos industrializados, o que demanda altos investimento, este é caracterizado pela produção diversificada para autoconsumo e comercialização, baseada na gestão familiar da terra com valorização de conhecimentos e práticas tradicionais, podendo ser considerada não apenas uma atividade econômica, mas, sobretudo, uma forma de vida (WANDERLEY, 2009).

Por outro lado, o modelo do agronegócio foca na produção de uma limitada variedade de grãos (predominantemente, soja, milho e trigo) cuja produção só se viabiliza ser feita em escala e com o uso das tecnologias supracitadas, o que só ocorre na grande propriedade.

Isso pôde ser observado nesta pesquisa, em que foi possível perceber que a prosperidade econômica no campo, materializada pelas grandes áreas de cultivo nas quais o manejo é realizado com maquinários, cujo valor chega a ultrapassar a casa dos milhões de reais, contrasta com a com as dificuldades para manutenção das atividades ou para diversificar as fontes de renda, observada nas pequenas propriedades.

Analisando o conjunto das entrevistas e a literatura pesquisada, foi possível constatar, também, a escassez de ações do poder público que atuem de forma

significativa na melhoria das vidas das famílias que vivem no campo. Um dos efeitos disso é o fato de que o município teve uma redução significativa de sua população rural, conforme já discutimos acima, reverberando o fenômeno do êxodo rural ocorrido na maior parte dos municípios paranaenses a partir da década de 1980. Para Polanyi:

A causa da degradação, não é, portanto, a exploração econômica, como se presume muitas vezes, mas a desintegração do ambiente cultural da vítima. O processo econômico pode, naturalmente, fornecer o veículo da destruição, e quase invariavelmente a inferioridade econômica fará o mais fraco se render, mas a causa imediata da sua ruína não é essa razão econômica – ela está no ferimento letal infligido às instituições nas quais a sua existência social está inserida (POLANYI, 2000, p. 191).

Goioerê-PR sofreu, particularmente, com dois processos de crise em setores agrícolas que geraram impactos significativos na manutenção de diversas famílias no campo. Um deles foi a cafeicultura, que entrou em declínio no contexto de forte incentivo do Estado à mecanização, fato que fez com que o setor não tivesse forças para suportar os prejuízos ocorridos pelas perdas após as fortes geadas ocorridas na década de 1970. O segundo é o do algodão, lavoura que sofreu com os impactos das políticas econômicas neoliberais iniciadas no final da década de 1980 e intensificadas na década de 1990, pois a significativa redução das taxas aduaneiras impactou na redução dos preços e, conseqüentemente, a viabilidade econômica das atividades dos produtores desta fibra (GONÇALVES, 1997).

O caso do algodão é, especialmente, emblemático para pensarmos o rural a partir do caso de Goioerê-PR, uma vez que o município chegou a ser o maior produtor brasileiro dessa fibra, cujo manejo se caracterizava pelo uso intensivo de mão de obra, o que gerava trabalho e renda não apenas para as famílias que viviam no campo, mas, também, para diversas outras que embora morassem na cidade viviam de trabalho volante e tinham no trabalho nas lavouras de algodão uma importante fonte de renda.

Após o declínio, o cultivo do algodão não retornou mais ao Paraná, tendo sido deslocado para a região Centro-Oeste do Brasil, onde houve uma ascensão dessa lavoura sob novas bases tecnológicas, com o manejo totalmente mecanizado e realizado em grandes propriedades, bem ao estilo do agronegócio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar é um setor fundamental na busca para alcançar um desenvolvimento sustentável, inclusivo e equitativo, condizente com as metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que inclui desafios relacionados à segurança alimentar, superação da pobreza, e conservação da biodiversidade para mitigar os efeitos das mudanças climáticas.

Nesse sentido, projetos sociais voltados para a agricultura familiar, como o CAFE, objeto desta tese, apresentam-se como uma importante ferramenta para a promoção do desenvolvimento rural e para a valorização das comunidades rurais. Iniciativas como esta podem fomentar ações de capacitação técnica, busca de alternativas para contornar o alto custo de insumos e equipamentos, promoção da organização em associações e articulação com políticas públicas, contribuindo, assim, para a geração de emprego e renda nas comunidades rurais e para a redução da pobreza e o êxodo rural.

No contexto atual, a agricultura familiar encontra-se submetida às forças hegemônicas do mercado, condição que foi agravada com a implementação de políticas econômicas neoliberais que priorizam a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados, resultando em um cenário, consideravelmente, desfavorável a esses produtores. Essa lógica mercantilista tem, ainda, fomentado a adoção de tecnologias que visam aumentar a produtividade, mas, muitas vezes, às custas da degradação ambiental e da redução das opções de desenvolvimento de atividades produtivas com autonomia por parte dos pequenos agricultores. Por isso, é importante examinar iniciativas que buscam fazer frente a este contexto.

Ao analisar a política local de Desenvolvimento Rural proposta no projeto CAFE no município de Goioerê-PR, buscamos compreender a implementação do referido projeto, investigando suas estratégias, impactos e desafios aos quais se dispõe a enfrentar, a fim de contribuir para a reflexão sobre a efetividade desta ação.

Nesta tese, portanto, analisamos as potencialidades do projeto CAFE, e após um debate sobre a conjuntura social e histórica na qual a agricultura familiar está inserida e munidos de algumas ferramentas analíticas realizados do um diagnóstico prévio do projeto CAFE com o objetivo de identificar suas potencialidades e limitações.

Através da análise das entrevistas realizadas e dos dados secundários

coletados, foi possível identificar o perfil socioeconômico dos agricultores familiares residentes no município em estudo, elencados como público-alvo das ações propostas pelo projeto CAFE. Os resultados obtidos durante a pesquisa de campo revelaram que, apesar das adversidades enfrentadas, os participantes demonstraram um firme desejo de permanecer na atividade agrícola. Essa intenção foi manifestada de forma recorrente durante as entrevistas, nas quais se evidenciaram respostas que enfatizavam o amor pela terra e pelo trabalho no campo, a satisfação com os resultados da produção e a determinação em continuar produzindo, mesmo em condições adversas.

A análise do projeto CAFE representou um desafio pelo fato dele encontrar-se ainda em estágio embrionário, o que exigiu a adoção de estratégias específicas com essa finalidade. Nesse sentido, compreendemos que foi acertado o fato de termos recorrido à análise *ex ante* como abordagem metodológica para elaborar o diagnóstico das potencialidades e fragilidades presentes no estágio de implementação do projeto CAFE.

A utilização da técnica da árvore de problemas, a partir dos dados obtidos por meio das entrevistas, possibilitou a categorização dos problemas identificados, distinguindo entre suas causas e consequências. Essa abordagem contribuiu, de forma significativa, para o diagnóstico do projeto CAFE, permitindo uma melhor compreensão das questões subjacentes e favorecendo a identificação de áreas-chave que necessitam de intervenção e atenção prioritária.

Por fim, a matriz GUT desempenhou um papel fundamental no processo de diagnóstico, ao possibilitar a identificação das congruências e incongruências presentes no projeto. Essa abordagem permitiu evidenciar que, apesar das potencialidades identificadas, o projeto apresenta pontos críticos que requerem atenção e intervenção prioritárias, a fim de promover maior assertividade em sua execução. Através da Matriz GUT, constatou-se que o aspecto referente à viabilidade financeira do projeto apresenta-se como um ponto crucial que demanda atenção prioritária. A disponibilidade de recursos financeiros revela-se de extrema importância para o desenvolvimento adequado das ações do projeto, entretanto, as informações acerca desses recursos não estão devidamente esclarecidas, podendo comprometer a maior parte das ações propostas.

Por outro lado, constatou-se que a viabilidade política emerge como um aspecto positivo do projeto, uma vez que se observou uma boa relação entre a ACIG

e as organizações do município. Essa sinergia política pode ser considerada uma oportunidade promissora para a utilização dessa condição como um catalisador de oportunidades de ação. Da mesma forma, a viabilidade sociocultural foi identificada como um ponto positivo, uma vez que o projeto demonstra uma abordagem que busca primeiramente conhecer as comunidades, a fim de alinhar suas ações de acordo com suas particularidades e necessidades.

De acordo com os dados obtidos pelas entrevistas, constatou-se que a motivação para a manutenção da atividade rural e permanência no campo não é determinada somente por fatores econômicos, mas, majoritariamente, pela presença de elementos como tranquilidade e tradição. Tais elementos desempenham um papel fundamental na permanência dos indivíduos no meio rural corroborando com os argumentos de Polanyi, segundo o qual o mercado não é a única forma de organização econômica possível e que a economia pode ser regulada por normas sociais e instituições não mercantis. Ao promover o desenvolvimento das comunidades rurais, mantém-se a possibilidade de surgimento de outras formas de sociedade, governadas não pelas frias leis do mercado, mas pelo bem-estar das pessoas.

A partir da análise do projeto CAFE, é possível afirmar que este pode proporcionar oportunidades para o surgimento de relações de reciprocidade, ao promover interações entre produção e consumo baseadas em formas de troca não mercantis. Podendo ser caracterizado com um contramovimento, no sentido polanyiano, uma vez promove a permanência na terra, vista como um meio de reprodução cultural e não como uma mercadoria cuja única finalidade é a obtenção de lucro.

Mesmo com toda essa conjuntura desfavorável, podemos afirmar que a agricultura familiar tem um potencial de sucesso pela frente, pois, se no bojo do conjunto das ações do Estado, à agricultura é destinado um papel de geradora de lucro, fica cada vez mais claro que hoje não é mais possível continuar produzindo sem levar em conta os aspectos ambientais. O modelo que prega a acumulação infinita de capital e deixa como consequência uma progressiva desigualdade social também vai encontrar seu limite e, em algum momento, será inevitável a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. É juntamente nesses pontos que o agronegócio tem seu maior limite, pois, ao transformar a produção de alimentos em um simples meio para acúmulo de capital, esse modelo de desenvolvimento

concebido no seio de uma modernidade predatória e que tem como *modus operandi* a expansão infinita, desconsiderando os limites da natureza, não encontrará mais espaço dentro de uma sociedade sustentável.

A análise dos dados resultou na obtenção de informações relevantes para esta pesquisa, porém, em estudos futuros, seria razoável reconsiderar o questionário de modo que ele já fosse pensado prevendo os métodos de análise, considerando, inclusive, a utilização de *softwares* de análise para facilitar a tabulação de interpretação das entrevistas, tais como *RQDA*, *MAXQDA*, *NVivo*, *UCINET* etc.

Seria relevante, também, a realização de diagnósticos nas comunidades que fossem conduzidos por meio de oficinas participativas com a utilização de metodologias adequadas, como a análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças)¹⁷. Isso permitiria ao grupo envolvido discutir e explorar, de forma coletiva, as dificuldades e as oportunidades identificadas, visando obter uma compreensão mais abrangente e aprofundada do contexto local, não ficando limitada à análise do pesquisador.

Outra consideração relevante a ser considerada para ser abordada em estudos futuros é que a pesquisa abrangesse, também, o contexto da juventude rural e das mulheres, uma vez que os membros desses grupos são mais propensos a migrar para áreas urbanas. Portanto, aprofundar o conhecimento sobre o perfil específico de jovens e/ou mulheres revela-se de suma importância, para desenvolver estratégias eficazes para encarar os desafios enfrentados pela agricultura familiar. Essa abordagem permitiria uma compreensão mais precisa das necessidades, dos obstáculos e das oportunidades específicas que esses grupos enfrentam, contribuindo para o delineamento de estratégias de empoderamento e fortalecimento desses segmentos no contexto atual.

Finalmente, em estudos futuros, caberia analisar os fatores que estão influenciando a tomada de decisão das famílias de agricultores em abandonar suas atividades rurais, por meio de uma pesquisa com aqueles que optaram por deixar o campo, especialmente aqueles que o fizeram nos anos recentes. Essa investigação permitiria identificar e compreender os motivos e as circunstâncias que levaram

¹⁷ O método da análise FOFA, também conhecido como SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*), é uma ferramenta que permite identificar e avaliar os pontos Fortes e Fracos internos de uma organização, bem como as Oportunidades e Ameaças externas que podem afetá-la.

essas famílias a tomar essa decisão, bem como as tendências e padrões emergentes relacionados à saída do setor agrícola. Tal análise contribuiria para o aprofundamento do conhecimento sobre os fatores que impactam a sustentabilidade e a viabilidade da agricultura familiar, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de estratégias e políticas adequadas de apoio e incentivo às famílias que ainda permanecem.

REFERÊNCIAS

- AHLERT, Alvorí. **A eticidade da educação: o discurso de uma práxis solidária/universal**. 2. ed. Ijuí, RS: Ed. UNIJUÍ, 2003.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3.ed.rev.ampl. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.
- ALVES, Cloves Tadeu. **A Revolução Verde na mesorregião noroeste do RS (1930-1970)**. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2013.
- ALVES, Rosângela; KINCHESCKI, Geovana Fritzen; SILVA, Viviane Regina; VECCHIO, Humberto Pereira; OLIVEIRA, Cláudio Ladeira; CANCELIER, Mikhail Vieira de Lorenzi. **Aplicabilidade da Matriz GUT para identificação dos processos críticos: O estudo de caso do departamento de direito da Universidade Federal de Santo Catarina**. In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária, XVII, 22 a 24 de novembro, 2017, Mar del Plata, Argentina. Artigo. Argentina, 2017. Disponível em:
https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181033/101_00160.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 22 abr. 2023.
- AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. *et al.* **Saúde, Ambiente e Sustentabilidade**. In: CARNEIRO, Fernando Ferreira *et al.* (org). **Dossiê ABRASCO, um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular. Rio de Janeiro, São Paulo. 2015.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Anuário estatístico do crédito rural 2009**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/CreditoRural/2009/evolucao.pdf>. Acessado em: 23 jan. 2023.
- BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. S. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3.ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2007.
- BASTOS, M. **Ferramentas da Qualidade – Matriz Gut**, 2014. Disponível em <http://www.portal-administracao.com/2014/01/matriz-gut-conceito-e-aplicacao.html>. Acesso em: 26 abr. 2023.
- BESEN, Fabiola Graciele; PLEIN, Clério. A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR A PARTIR DA TEORIA DE KARL POLANYI. **Revista Faz Ciência**, v. 20, n. 32, p. 97-97.
- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade: o que é: o que não é**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRANDEMBURG, Alfio. **Do rural tradicional ao rural socioambiental**. Ambiente & Sociedade, v. 13, n. 2, 2010.
- CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. 1999.

CAMPOS, Arminda Eugenia Marques; ABEGÃO, Luís Henrique; DELAMARO, Maurício César. **O Planejamento de Projetos Sociais: dicas, técnicas e metodologias**. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, 2002.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, v. 3, n. 2, p. 13-16, 2002.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. **São Paulo: Brasiliense**, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHOMSKY, Noan. **O lucro ou as pessoas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

COELHO, ALEXANDRE BRAGANÇA. **A cultura do algodão e a questão da integração entre preços internos e externos**. Dissertação (Mestrado em Economia). São Paulo: FEA/USP, 2002.

COUTINHO, Alan Denizzar Limeira. **Tecnologia social adequada sociotecnicamente às condições camponesas nos assentamentos de reforma agrária do Oeste do Paraná**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2022.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

DOWBOR, L. **Resgatar a função social da economia: uma questão de dignidade humana**. São Paulo: Editora Elefante, 2022.

DUPAS, Gilberto. **O Mito do Progresso**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Regimes alimentares, impérios alimentares, soberanias alimentares, movimentos alimentares. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 4, n. 7, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. -84. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FURTADO, Celso. **Análise do “modelo” brasileiro**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**.

Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre/RS, 287p., 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Romeu. **A análise de dados em pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, Maria Cecília Souza, organizadora. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes; 2002. p. 67-80.

GONÇALVES, J. S. **Crise do algodão brasileiro pos-abertura dos anos 90 e as condicionantes da retomada da expansão em bases competitivas**. Informações Econômicas, v. 27, n. 3, p. 7-27, 1997.

GUANZIROLI, C. E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. Revista de economia e sociologia rural, v. 45, n. 2, p. 301-328, 2007.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **A observação participante. Haguete TMF. Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, p. 66-78, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/265#resultado> Acesso em: 23 jan. 2023.

INSTITUTO PARANANENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES. **Leituras Regionais: Mesorregiões geográficas do Paraná**. Curitiba, 2004.

JOLLIVET, Marcel. A "vocação atual" da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 5-25, 1998.

KOHLHEPP, G. Transformações da Paisagem Natural no Norte do Paraná entre as Décadas de 1930 e 1980: da Monocultura do Café à Modernização Agrária e suas Consequências Ecológicas, Econômicas e Sociais. **Revista De La Solcha**, v. 10. n.2, 255–283, 2020.

LAZZARETTI, Miguel Ângelo. **A produção da ação coletiva no MST: relações de poder e subjetividade**. 2007. 377p. Tese (Doutorado em Sociologia) - João Pessoa: UFPB, UFCG, 2007.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. Cortez, 2007.

LOURENÇO, ANDRÉIA VIGOLO; GRISA, C. ; SCHMITT, C. J. ; GONCALVES, L. S. ; NIEDERLE, P. ; TEIXEIRA, M. A. ; GALINDO, E. . **Políticas Públicas voltadas às/aos Trabalhadoras/es do Campo, das Florestas e das Águas: Precedentes e Desmontes**. In: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia. (Org.). Brasil: do flagelo da fome ao futuro agroecológico: uma análise do desmonte das políticas públicas federais e a agroecologia como alternativa. 1ed.Rio de Janeiro: AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, 2022, v. 1, p. 9-47.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Contexto, 2010.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Tradução de Sonia Midori. 1. Ed. São Paulo: Editora Unesp e UFRGS, 2016.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Entidades patronais agroindustriais e a política de pesquisa agropecuária no Brasil (1963-2003). **Raízes**, v.32, n.2. Campinas, 2012. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_294.pdf. Acesso em: 17 jan. 2023.

MENEZES-FILHO, Naercio Aquino; PINTO, Cristine Campos de Xavier. **Avaliação econômica de projetos sociais**. São Paulo : Fundação Itaú Social, 2017.

MITIDIERO JR., Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; HÉRICK DE SÁ, Thiago. Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Pegada**. Presidente Prudente, v. 18, n. 3, 2017.

MONTAÑO, C. E. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**, [S. l.], n. 8, p. 53–64, 2004. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18912>. Acesso em: 12 fev. 2023.

NASCIMENTO, L. A. S. V. Política agrária brasileira pós 64 e sua relação com a redução do trabalhador rural à condição análoga à de escravo. **Cadernos Ceru**, v. 25, n. 2, 2014.

NUNES, Ana Lucia de Paula Ferreira; DA CRUZ SILVA, Maria Batista. A extensão universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 119-133, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa Marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. In: João Pedro Stédile (org). (Org.). *A Questão Agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato*. 1ed.São Paulo: Editora Outras Expressões, 2016, v. 1, p. 329-360.

OLIVEIRA, D. G. de. **Coamo e Coagel: Expansão e Formação do Cooperativismo Agroindustrial na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense**. Francisco Beltrão, 2016. 146 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

ORGANIS & MARKET ANALYSIS. **Consumo de produtos orgânicos no Brasil. Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos**. Disponível em:<https://www.organicnewsbrasil.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2017.

PEREIRA, Ana Cristina Fontes Domingues; **Polanyi e a economia social e solidária: contributos para respostas aos problemas sociais atuais**. Dissertação (Mestrado em Economia Social e Solidária). ISCTE – IUL, Instituto Universitário de Lisboa, 2016.

PEREIRA, Eder Lucinda; NASCIMENTO, Jean Santos. Efeitos do Pronaf sobre a produção agrícola familiar dos municípios tocantinenses. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 52, p. 139-156, 2014.

PERIN, G. O Desmonte das políticas públicas para a agricultura familiar e a nova agenda governamental. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 15, n. 2, p. 33-55, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/9075>. Acesso em: 11 fev. 2023.

PETERSEN, Paulo Frederico; VON DER WEID, Jean Marc; FERNANDES, Gabriel Bianconi. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, v. 30, n. 252, p. 07-15, 2009.

PETERSEN, Paulo; DAL SOGLIO, Fábio Kessler; CAPORAL, Francisco Roberto. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PLOEG, Jan D. Van Der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. In: PETERSEN, Paulo. (org.). **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POMPEIA, C. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013. v. 1. 276p.

SANTOS, Marcos Olímpio Gomes dos. **Texto de apoio sobre o diagnóstico em processos de intervenção social e desenvolvimento local**. Évora: Universidade de Évora, 2012. Disponível em: https://home.uevora.pt/~mosantos/download/Diagnostico_10Ag12. Acesso em: 26 abr. 2023.

SANTOS, Selma de Fátima. **A Questão Agrária no Brasil: da modernização conservadora ao Agronegócio**. In: Henrique Tahan Novaes, Angelo Diogo Mazin, Laís Santos. (Org.). **Questão Agrária, Cooperação e Agroecologia**. 1ªed. São Paulo: Expressão Popular - Outras Expressões, 2015.

SCHNEIDER, S. **Mercados e Agricultura Familiar**. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-157.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos concretos**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SILVA, Fabiano André Gonçalves *et al.* Os princípios de economia substantiva de Karl Polanyi em relações de economia solidária: o caso do povoado Cruz (Currais Novos/RN). **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 10, n. 2, p. 93-106, 2011.

SOUZA, Bruno Carvalho Castro. Gestão da mudança e da inovação: árvore de problemas como ferramenta para avaliação do impacto da mudança. **Revista de Ciências Gerenciais**, v. 14, n. 19, p. 89-106, 2010.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. LeYa, 2015.

SPANEVELLO, Rosani Marisa *et al.* A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348-372, 2017.

VITAL JUNIOR, R. R. caminhos da colonização alemã no Rio Grande do Sul: políticas de estado, etnicidade e transição. In: **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore. Organizadores: Sandra da Silva Careli, Luiz Claudio Knierim. Porto Alegre, CORAG, 2011.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro**. In: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura Familiar Camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS- PTA, 2009.

WERLANG, Rosangela; MENDES, Jussara Maria Rosa. Pluriatividade no meio rural: flexibilização e precarização do trabalho na agricultura familiar. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 14, n. 38, 2016.

YAMAUTI, Nilson Nobuaki . **A questão da reforma agrária no governo João Goulart**. Acta Scientiarum. Human and Social Sciences , Maringá, v. 27, n.1, p. 69-86, 2005.

YIN, Robert K. Estudo de Caso-: **Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.

ANEXOS

Questionário aplicado pelo IFPR

CAFE - Campo Forte e Empreendedor

Diagnóstico de potencialidades

01) Nome (quem está respondendo este formulário): _____

02) Perfil de pessoas que residem ou dependem da propriedade:

Gênero	Vínculo com a propriedade	Idade	Formação	Ocupação	Telefone

03) Participa de alguma entidade e/ou movimentos representativos:

- Igreja (indicar) _____
- filiado a sindicato (indicar) _____
- filiado a cooperativa (indicar) _____
- participa da associação de moradores (indicar função) _____
- outro (indicar) _____

04) Nome da propriedade: _____

05) Localização (endereço): _____

06) Área da propriedade: _____

07) Distância da cidade _____ Km.

08) Como é feito o deslocamento até a cidade ?

- carro próprio
- carona
- motocicleta
- trator
- a pé (indicar tempo) _____
- outro (indicar qual) _____

09) Como foi acessado o lote?

- compra (indicar de quem)-----
- arrendamento (valor e forma do arrendamento) -----
- herança...
- outros meios (indicar qual)-----

10) Quais os recursos naturais (riacho, represa, árvores nativas, etc) presentes na propriedade?

11) Quais benfeitorias a propriedade possui?

- a) casa (indicar metragem) _____ m²
 - Madeira
 - alvenaria
 - mista
- b) aviário (indicar metragem) _____ m²
- c) estrebalaria (indicar metragem) _____ m²

- d) galpão (indicar metragem e o uso) _____ m²
 e) outros (indicar quais e a metragem) _____ m²

12) Qual é o valor da propriedade? _____

13) Quais são fontes de informação/comunicação?

- Tv
 Rádio
 internet
 outro _____

14) Tem acesso à internet?

- não sim operadora celular
 Provedor (Cabo/rádio)

Produção

15) Produção (atividade principal) _____

16) Quanto (%) da alimentação da família é produzida na propriedade e quanto é comprada?

17) Como é composto o trabalho na propriedade?

- todo familiar
 Contrata mão de obra
 Troca dias de serviço
 algum(s) membro(s) da família trabalham na propriedade e outro(s) fora.

18) Área destinada à produção

Produto	Área em hectares	Total colhido (sacas, kg etc.)

19) Criação de animais

- não cria
 cria somente para o consumo da família. Quantidade/quais _____
 cria para comercialização. Quantidade/quais ____
 cria para produzir itens para comercialização (leite ovos etc.). Quantidade/quais ____

20) Como é comercializada sua produção?

- Cooperativa ____%
 Associação de produtores ____%
 Comercio varejista ____%
 Feira ou venda direta ____%
 Outro (qual) _____%

21) Onde procura ajuda técnica (Emater, paga um técnico, internet,)?

22) Qual ou quais as dificuldades encontradas em suas atividades produtivas atualmente?

23) Quanto tempo leva para receber o dinheiro do investimento feito para produzir?

24) Qual é o custo para vender seus produtos?

25) Estão satisfeitos com a produção, com os rendimentos e com o modo de comercialização?

26) Se não estiver satisfeito, o que gostariam que fosse melhorado?

27) Quais as dificuldades que encontrou para iniciar uma nova atividade produtiva?

28) Vocês possuem uma estratégia ou um plano para aumentar sua produtividade?

29) Qual é o diferencial dos seus serviços ou produtos?

30) O que gostaria de produzir ou trabalhar?

31) Você já ouviu falar de produção orgânica/agroecológica?

32) Você conhece outros modos de produção ou comercialização de produtos como os que você vende? _____

33) Você já pensou em turismo rural em sua propriedade? Se sim, qual serviço ou produto ofertaria aos turistas? _____

34) O que mais te motiva a permanecer no campo?

35) O que é sucesso para você?

ANEXO II

Questionário aplicado ao servidor do IFPR (Realizada por e-mail).

- 1) Como se deu o contato inicial entre IFPR e ACIG?
- 2) Como foi firmada a parceria, foi formalizada?
- 3) Na parceria, qual seria o papel do IFPR?
- 4) Quando iniciaram as entrevistas?
- 5) Foram traçados objetivos para o projeto CAFE?
- 6) Foi traçado um cronograma?
- 7) Foram previstos recursos financeiros para serem investidos no projeto?
- 8) Se sim, foi quantificado? Foi indicado de onde sairiam esses recursos?
- 9) Como foi o envolvimento das outras instituições?
- 10) Goioerê tem conselho municipal de agricultura? Se sim, esse conselho foi envolvido no CAFE na concepção do CAFE?
- 11) Você tem conhecimento de outras iniciativas semelhantes a nível local propostas anteriormente (pela prefeitura ou outros órgãos)?